



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

GTT- Conexões Invisíveis

Memória, Conhecimento, Sociedade, Antropoceno

Proposta de Grupo de Trabalho Temático
apresentada ao Instituto de Estudos
Avançados e Estratégicos da Universidade
Federal de São Carlos (IEAE-UFSCar)

São Carlos, agosto de 2022

Proposta de Constituição de Grupo de Trabalho Temático

Conexões Invisíveis: Memória, Conhecimento, Sociedade, Antropoceno

1 APRESENTAÇÃO DA TEMÁTICA

1.1 Um mapa de navegação

Tratar da temática ora proposta implica, no atual contexto, uma reflexão ampla *sobre e orientada* para o futuro, a partir de articulações que possibilitem compreender política, tecnologia e vida no antropoceno, considerando relações próprias da sociedade brasileira, de sua memória, história e manifestações culturais e das relações do Brasil com o exterior, por meio da criação e consolidação de um grupo transdisciplinar¹ de pesquisa no âmbito do Instituto de Estudos Avançados e Estratégicos da Universidade Federal de São Carlos (IEAE-UFSCar) e, ao mesmo tempo, da construção de relações deste grupo com outras redes de pesquisa nacionais e internacionais, que serão especificadas ao longo desta proposta. Desse modo, esta é uma proposta de trabalho que se pretende *inédita por sua gênese*. São dois os disparadores do surgimento deste grupo:

- a) de um lado, resulta da provocação lançada pela 1ª Chamada para envio de propostas para formação de Grupos de Trabalho Temáticos do Instituto de Estudos Avançados e Estratégicos da UFSCar – IEAE-UFSCar, que gerou em 14 docentes-pesquisadores da instituição dos campi de São Carlos, Sorocaba e Lagoa do Sino, a vontade intelectual de constituição de um trabalho em rede, integrador de agendas de pesquisa relevantes, porém feitas solitariamente ou nas rígidas amarras da especialização acadêmica, tendo como *telos* o desafio de pensar “à céu aberto” em um coletivo intelectual vivo, plural e transdisciplinar. Esses docentes são oriundos das 3 Grandes Áreas do conhecimento CAPES ligadas ao Colégio de Humanidades, que são: Ciências Sociais Aplicadas; Ciências Humanas; Linguística, Letras e Artes. Por sua vez, as pesquisas realizadas pelas pesquisadoras e pesquisadores se inserem em 9 áreas de avaliação diferentes, a saber: Administração Pública; Comunicação e Informação; Sociologia; Filosofia; Psicologia; Educação; Ciência Política; Linguística e Literatura; e Artes². Aqui trataremos desse amplo e diverso conjunto como *Humanidades*. Dessa possibilidade de pensar com criatividade, transigindo e transpondo fronteiras

¹ Entende-se aqui a transdisciplinaridade como uma ação efetiva em direção à construção do conhecimento de maneira holística e integrada, que rompe as tradicionais fronteiras das disciplinas. Desse modo, a proposta é de que a ciência seja produzida transversalmente e coletivamente, pela soma de contribuições de distintos campos do saber.

² A equipe, diversa em amplo sentido, congrega docentes jovens, consolidados e sêniores, com distintos tempos de titulação, bolsistas produtividade e pesquisadores promissores, e está descrita nesta proposta no item 4. Para detalhes sobre a classificação da CAPES em Áreas do Conhecimento, cf. <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/avaliacao/sobre-a-avaliacao/areas-avaliacao/sobre-as-areas-de-avaliacao/sobre-as-areas-de-avaliacao#areas>

pré-fixadas (condições necessárias à ideia de inovação, em sentido pleno do termo), iniciamos (signatários deste projeto) um movimento de discussão, reflexão conjunta e articulação de um projeto/rede/constelação de pesquisa, que pretende, como descrito nos movimentos previstos para sua execução, a integração de outros atores, grupos, agendas e instituições.

- b) de outro lado e, igualmente, ponto disparador, esta proposta nasce de uma angústia: a do sentimento de urgência produzido pela percepção de uma crise profunda, um momento de inflexão histórica, que atravessa múltiplas dimensões da vida humana, de seu projeto de futuro e do papel que o conhecimento científico (e das ciências sociais aplicadas, humanidades, letras e artes nesse complexo) nele desempenha e por ela é afetado. Preocupa-nos, coletivamente e individualmente quanto às nossas agendas acadêmicas e expertises particulares, a percepção de uma mudança importante no atual momento da experiência da vida contemporânea: *o questionamento e a recusa da legitimidade do conhecimento científico, em meio à emergência da pós-verdade como campo político e epistêmico e no olho do furacão da crise do Antropoceno*. Para tanto, dispomo-nos a articular este angustiante presente à memória histórica e às possibilidades de prospecção futura, considerando profundas e necessárias transformações que serão, portanto, alvo das pesquisas a serem desenvolvidas transversalmente.

Ambos os pontos assinalam, conseqüentemente, que estamos, enquanto grupo, atentos e comprometidos com o *papel da universidade* para a alteração deste quadro a partir da execução do que lhe é próprio: a construção do saber, com excelência acadêmica, autonomia e assentado em bases democráticas, inclusivas, que prezam pela diversidade e pela valorização de todos os campos do conhecimento.

Enquanto os paradoxos do antropoceno se aguçam e apontam para inflexões de não retorno, com conseqüências desastrosas, a produção do senso comum cada vez mais olha para as individualidades e aos empreendimentos de si em busca de respostas. Por isso, a universidade é chamada a assumir o papel ético de crítica dessa limitação de alcance na proposição das respostas aos problemas do presente: as ciências humanas como espaço de reflexão intersubjetiva têm que voltar à solução coletiva dos problemas da vida, da arte e da cultura, em prol de uma política da vida democrática, socialmente justa, a partir do pensamento científico e por isso, é preciso que a seara fértil e profícua de estudos avançados abrigue tais compromissos. É deste *locus* de atuação, mais especificamente, do ambiente acadêmico da Universidade Federal de São Carlos, a partir da reunião de docentes-pesquisadores, de diferentes campos do conhecimento, que nos situamos, mobilizados pelo compromisso coletivo de pensamento voltado para **produção de conhecimento, de ciência, de modo inovador, integrado e propositivo**.

Evidentemente, no Brasil de hoje, ou bem se pensam soluções coletivas mobilizando diferentes campos do saber e a transdisciplinaridade, ou seja, buscam-se meios para a

articulação de uma inteligência coletiva, que enfrente a “comunicação torrencial” (LÉVY, 2003), o hiato entre o “caráter diluviano do fluxo das mensagens” e os modos tradicionais de orientação e decisão, modos esses que na concepção de Lévy tornam os governos inaptos a lidar com a situação contemporânea. É neste contexto que o discurso científico e o conhecimento produzido sobre arte e cultura no ambiente acadêmico precisam abrir-se como portal e alcançar a sociedade.

Sabemos que independentemente das disputas de método, paradigmas e teses inerentes à dinâmica de produção do conhecimento científico – aqui entendido como aquele produzido em instituições sociais especializadas nesta função, como o universo acadêmico, e segundo regras procedimentais próprias (cf. MANNHEIM, 1982; MERTON, 1992, 2013; KUHN, 1979, 1996; LATOUR, 1997, 2000; GIDDENS et al; 1997) – *este se diferencia e contrabalança* modos e lógicas pelas quais a sociedade tem, ao longo da história humana, resolvido o desafio para compreensão do mundo (função 1), a orientação para ação (função 2) e a constituição de compromissos sociais no presente e no futuro (função 3).

Como exemplo importante destacamos que o procedimento do conhecer de base científica cumpre essas três funções, pois possui uma dimensão ontológica compreensiva e explicativa (que pode variar conforme paradigmas e teorias de fundo), uma capacidade de localizar indivíduos e coletivos em processos sociais e, por último, propor alternativas e dimensionar custos de curta e longa duração às escolhas sociais (econômicas, ambientais, culturais e políticas; da *physis* à *estesis* e o *logos*) e de autorrealização subjetiva (funções 1, 2 e 3).

Destacamos também, que a forma científica não é a única disponível, uma vez que o complexo da vida social pode ser orientado pelo senso comum, por dogmas ou pelas emoções. O que resulta, porém, de relevante na prevalência da forma científica é sua busca constante e nunca abandonada pela objetividade, pelo rigor e pelo apreço ao pensamento, no que aproxima a ciência dos conhecimentos científicos acumulados³ sobre arte e cultura e da

³ Sabe-se que não há uma ciência da música, ou das artes ou da literatura, mas a produção de conhecimento científico *sobre* a música, as artes e a literatura. Tais conhecimentos, ao acompanharem o valor crítico de seus objetos, contribuem para a reformulação de verdades estabelecidas, para a crítica do tempo presente, para a percepção do passado, para, enfim, fazer avançar as fronteiras do pensamento, a escuta da “voz da humanidade” (ADORNO, 2008, p.67). Em outras palavras é fundamental que este saber sobre a arte e a cultura, produzido na universidade, ao ultrapassar os muros acadêmicos e ao ampliar não apenas o acesso aos bens culturais, bem como sua valorização e propagação, contribua para combater a “Servidão Voluntária”, já mencionada por Étienne Boétie no séc XVI. Servidão esta que concerne a uma sociedade para a qual a tirania não é atributo do topo social, mas permeia todo o tecido; não há outra instância a não ser o povo que a referenda, a menos que, por meio das obras do pensamento, da ciência, da arte se possa combatê-la.

arte e da cultura em si, conforme aponta Marilena Chauí⁴, tomados como instâncias do pensamento, obra do pensamento:

A obra de pensamento quando pensa e diz o que sem ela não poderia ser pensado nem dito e, sobretudo, quando, por seu próprio excesso nos dá a pensar e a dizer, criando em seu próprio interior uma posteridade que irá superá-la. Ao instituir o novo sobre o que estava sedimentado na cultura, a obra de arte e a de pensamento [como o saber científico] reabrem o tempo e formam o futuro. Podemos dizer que há formação [acadêmica] quando há pensamento e que há obra do pensamento quando o presente é apreendido como aquilo que exige de nós o trabalho da interrogação, da reflexão e da crítica, de tal maneira que nos tornamos capazes de elevar ao plano do conceito o que foi experimentado como questão, pergunta, problema, dificuldade (CHAUI, 2021, sp)

Quando nos propomos aqui à reflexão e construção de um Grupo de Trabalho Temático no âmbito do IEAE-UFSCar, propomo-nos a fazer valer as funções da universidade de um modo geral e à missão da UFSCar, em específico, conforme seu Plano de Desenvolvimento Institucional, no qual estão estabelecidas com objetividade as responsabilidades da universidade frente à construção, consolidação e divulgação da cultura científica (UNIVERSIDADE, 2021, p. 35), tendo em conta que a base da ciência não é volitiva, nem aquela acumulada por práticas e tradições e nem por afirmações dogmáticas.

Ao contrário, baseia-a uma lógica *ex post*, cujo fundamento é o fato, a realidade, o dado (material ou imaterial) articulado a partir de algumas linhas (dedutiva-empírica, histórico-comparativa, lógico-argumentativa), em que elementos do real (ou de sua vivência) pretendem ser compreendidos em uma forma inteligível que é capaz de se diferenciar da experiência subjetiva, pura e simples, ou de padrões ideológicos.

Dessa concatenação dada pelo método nasce a legitimidade do “discurso científico”, que se propõe e se deseja como uma linguagem organizada de produção de informações, compreensão de leis, detecção de lógicas de organização da vida material e social. Retomando aqui uma célebre afirmação de Max Weber (1982) de que o *locus* da ciência não é lugar para “demagogos ou profetas”, convalidamos a ideia de que o discurso científico não é a linguagem das paixões, dos interesses autorreferenciados ou da retórica sem compromissos sociais amplos (demagogia). E, menos ainda, o discurso reducionista e

⁴ Cf. Instigante conferência apresentada com o título de “O exercício e a dignidade do pensamento: o lugar da universidade brasileira”. Disponível em: https://ufba.br/ufba_em_pauta/o-exercicio-e-dignidade-do-pensamento-o-lugar-da-universidade-brasileira-conferencia

autoritário que constrange o futuro a um conjunto de leis invariáveis e sem possibilidade para a ação e a liberdade humana.

Acompanhando Chauí (2021) e em defesa da reflexão como chave da formação voltada para a pesquisa e para a produção de conhecimento inovador, autônomo e comprometido ética e socialmente, sabe-se que o pensamento é necessário para “celebrar o risco de uma busca de saber sem modelos, liberta do saber estabelecido, muito apropriada para reivindicar o desejo desmedido para *além da separação das disciplinas do conhecimento em busca da verdade*” ([sp], grifos nossos).

Tratar do conhecimento produzido na universidade nos dias atuais além dos pontos acima elencados, reivindica a consideração da diversidade e da pluralidade de formação, aspectos que não poderíamos deixar de considerar aqui. Em um texto denominado “Currículo e Diversidade”, (2007) a Profa. Emérita da UFMG Nilma Lino Gomes, apresenta indagações acerca do lugar atribuído à diversidade nos currículos e práticas pedagógicas. Desse modo, a função da formação educacional e intelectual adquire outra densidade em termos como transdisciplinaridade, interculturalidade, pluralidade e interseccionalidade⁵. Tais questões adentraram o debate acadêmico e político de modo conjunto com as políticas adotadas pelos Estados-Nação, mais fortemente na década de 1990, no interior do impulso aberto pelos debates sobre globalização. Desse modo, a universidade, passa a assumir o compromisso ético-histórico-político de formar pessoas em espaços de ensino e aprendizagem, considerando as subjetividades, seus corpos e seus fenótipos, os lugares em que habitam, seus desejos e suas linguagens, como a corporeidade se move no mundo, ou nos mundos.

Assim, a perspectiva de análise que pauta esta proposta de GTT, considera a construção transdisciplinar de modo orgânico, não apenas com a conjunção de disciplinas, mas de articulação de conteúdos que possibilitem *qualificar as perguntas necessárias aos nossos tempos*. Surge assim uma abertura para um tipo de reflexão crítica que atravessa a formação educacional que não apenas recupera as questões outrora colocadas no pensamento social, quais sejam, a modificação do sujeito submetido a um tipo de condição

⁵ “O termo “interseccionalidade” foi cunhado em 1989 pela jurista estadunidense Kimberlé Crenshaw, como crítica do feminismo negro à tendência a se abordar “raça e gênero como categorias mutuamente exclusivas de experiência e análise” (Crenshaw 1989, 139) [...] Nota-se que o conceito da interseccionalidade teve origem em preocupações quanto à inclusão de grupos invisibilizados e excluídos. A questão da diferença, embora relevante, aparece como secundária e só ganha sentido quando relacionada ao combate à discriminação, à subordinação e à marginalização, ou seja, à promoção da justiça social (Alexander-Floyd 2012; Collins e Bilge 2016)” (Cf. PEREIRA, 2021, Disponível em: <https://www.scielo.br/j/civitas/a/h7rvGvv5gNPpkm7MjMG6D5c>)

forjada em uma sub-humanidade de humilhação constante e da deterioração da vida psíquica (MBEMBE, 2010, p. 21). A importância dessas reflexões atribuem outra estatura ao debate que perpassa a proposta deste GTT, pois possibilitam a compreensão das demandas das novas realidades sociais ao permitirem a articulação e projeção das ideias mais inovadoras de imaginação da vida social, econômica, política, artística e estética.

Do exposto apreende-se que o GTT busca reafirmar o papel humanístico da universidade, entendido como aquele que compreende o desenvolvimento das capacidades humanas em sua plenitude, o que em si já justificaria fortemente esta proposta, cujas bases e fundamentações serão apresentadas com mais detalhes a seguir, seguindo uma perspectiva que em primeiro lugar conclama o tempo presente.

Partimos da exposição da crise. Crise esta que alcança dimensões que ultrapassam as fronteiras do país, mas que será abordada, neste momento inicial, a partir do Brasil, mais especificamente, dos seus impactos para a sociedade brasileira, com seus desdobramentos e reflexos na vida política, econômica, cultural e artística e concerne, basicamente, às tensões causadas pela pós-verdade, ao colapso do planeta pela ação do ser humano e suas implicações sociais, decorrentes do neoliberalismo e das tentativas de apagamento não apenas das desigualdades que marcam o país de todas as formas, em muitas camadas da tessitura social, mas da memória e do patrimônio histórico, de seu passado.

Assim, este GTT alça, a partir de suas discussões, voos em dois sentidos: (i) o da visão das ruínas do passado e (ii) aquele imposto pelos ventos do progresso, o futuro, tal qual expõe Walter Benjamin, evocando a célebre imagem do *Angelus Novus* de Paul Klee, na “XI Tese sobre o Conceito de História” (1994, p. 226), ou ainda, tal qual aponta Arendt (2000), em *Entre o Passado e o Futuro*, a partir de Kafka:

Ele [o presente] tem dois adversários: o primeiro combate-o por trás, da Origem; o outro barra-lhe o caminho para a frente. Ele luta contra os dois. Para dizer a verdade, o primeiro, propulsando-o, ajuda-o contra o outro, e, do mesmo modo, o outro, repelindo-o, ajuda-o contra o primeiro. Mas isto só em teoria. Pois não há só os dois adversários: existe também ele próprio – e quem conhece as próprias intenções? É o seu sonho que num momento inesperado – e deveria ser uma noite, tão escura como nunca houve igual – abandona o campo de batalha, elevado que foi, graças à sua experiência na luta, à condição de juiz dos dois adversários (KAFKA, 1943, p.33).

Esse juízo funda-se no presente, mas possui forte lastro no passado e é impulsionado ao futuro. Ainda nos debruçando em imagéticas do tempo, cabe invocar a conhecida lenda de matriz africana, cuja explicação está bastante contundente na apresentação da Revista

Sankofa-USP (<https://www.revistas.usp.br/sankofa>), que toma de empréstimo da lenda homônima não apenas o nome, mas a política de publicações - entre a memória e o futuro. Conforme o editorial, há um provérbio do povo akan, localizado entre Gana e a Costa do Marfim, que diz: “*não é errado voltar atrás e buscar o que você esqueceu*”, na língua akan “*se wo were fi na wosan kofa a yenki*” (ibid). É justamente desse provérbio que o lexema Sankofa se origina. Sankofa, do Sanko = voltar; fa = buscar, trazer.

Assim como na escrita chinesa e na japonesa, os ideogramas (adinkra) dos povos akan têm um grande valor, porque trazem em seu *corpo* ou na inscrição condensada de sua forma, sentidos que não se separam. É esta a ideia de Sankofa, representado na lenda pelo adinkra que representa o pássaro mítico que voa para frente enquanto olha para trás (analogamente ao Anjo de Paul Klee) com um ovo em sua boca que simboliza o futuro. Em outras palavras, na medida em que o ovo é devir, o que nascerá só se realizará enquanto tal porque a anterioridade do que o gerou é inseparável do corpo que vingará. O pássaro é o presente que transporta o passado para o futuro; ideogramicamente condensa passado e futuro no presente: o próprio ideograma. Desse modo, Sankofa “simboliza uma compreensão do destino individual e da identidade coletiva do grupo cultural” (ibid.). Daqui apreende-se que a memória e o futuro estão inexoravelmente ligados, transtemporalmente, também do ponto de vista coletivo, ou seja, a memória histórica de um povo é patrimônio e é cicatriz; precisa ser revisitada para que novos sentidos advenham no presente e se projetem para o futuro.

Começamos pelo presente. Da lição de Giorgio Agamben apreende-se que o ser humano contemporâneo é aquele que ao manter uma distância crítica de seu tempo, situa-se nele para compreendê-lo, para ver “nas trevas a luz”; “contemporâneo é aquele que mantém fixo o olhar no seu tempo, para nele perceber não as luzes, mas o escuro” (AGAMBEN, 2009, p.65) e com isso pode agir e criar soluções para problemas complexos, o “pensamento do pensamento”, a potência da ação (AGAMBEN, 2015, p.254) que se volte para intervir no passado – pelo resgate da memória, abertura de relatos; no futuro, pela re-proposição de modos de vida. Trata-se aqui de refletir duramente, para além do que trazem Benjamin e Arendt, nas dívidas históricas que uma sociedade como a brasileira carrega em seu seio e que o atual contexto de crise escancarou como nunca. Pensando com Dipesh Chakrabarty (2007) nas “feridas históricas” e com Achille Mbembe (2014) em uma *Crítica da Razão Negra*, situar-se no presente para olhar a memória, o conhecimento e a sociedade, a partir da reunião de uma inteligência coletiva, é também um compromisso ético.

Feita a discussão do presente, apresentamos a discussão sobre a memória e o corpus do trabalho com os acervos e coleções historiográficas da universidade que nos permitirão avançar na compreensão do tempo presente e nas prospecções. Finalmente, elencamos as perspectivas e desafios para o futuro que esperamos com o desenvolvimento das atividades do grupo.

1.2 Pós-verdade, Antropoceno e o papel das humanidades

Sobre a pós-verdade e a crise do antropoceno, começamos por apresentar uma hipótese inicial (1ª hipótese): a pós-verdade é uma forma potente e perigosa de articular compreensão do mundo e ação sobre ele, aglutinadora e passível de potencializar tanto o senso-comum, quanto a atuação emocional-volitiva e o dogmatismo (e seus fundamentalismos).

A pós-verdade assume a condição, nem sempre visível e nem sempre bem avaliada em seu potencial de risco, de um *campo epistemológico-político* oposto ao *campo científico*. Sua força cresce na mesma proporção pela qual consegue aglutinar lógicas e interesses distintos – todos contra factuais e argumentativos – antes individualizados em uma corrente ou coalizão robusta. A lógica da pós-verdade funda-se no ódio ao pensamento que pode ser traduzido em uma escolha deliberada pela mentira e recusa à verdade. Sendo a ciência e o conhecimento artístico e filosófico campos para os quais o pensamento e a reflexão são valores, é natural que em seu modo de funcionamento cínico⁶, a pós-verdade ataque diretamente o lugar onde a ciência tem sua razão de ser e a partir de onde se expande social, política, cultural e eticamente: a universidade.

Assim, vivemos uma situação paradoxal na qual o progresso do conhecimento científico seja capaz de mudar o mundo a tal ponto que o próprio mundo (ou o desejo humano de um mundo “civilizado”) caia por terra. No bojo do crescente empoderamento das técnicas científicas, aplicada ao campo dos materiais, dos combustíveis, da nano e da macrotecnologia, da agricultura, da produção de bens e dos meios de produção, das finanças, da comunicação, dos algoritmos na propaganda/comunicação/política, das tecnologias sociais, entre outros desdobramentos, a *imagem da ciência* é apresentada (de uma perspectiva do ódio ao pensamento), simultaneamente, como uma caixa preta (uma linguagem hermética, distante da compreensão da média dos cidadãos) e um oxímoro (de

⁶ Referimo-nos aqui à perspectiva adorniana do cinismo. Cf, entre outros, Adorno e Horkheimer (1985).

um lado uma utopia de progresso/futuro melhor e, de outro, como distopia/hecatombe/não futuro ou futuro miserável)⁷.

Sua conexão e poder de instrumentalização a partir das brechas criadas pela crise atual ficam mais claras a partir da reflexão possibilitada pela tese do Antropoceno, que reconhece o atual estágio histórico como de altíssimo controle da sociedade sobre a natureza, sobre si mesma e sobre cada ser humano em particular, atingindo tanta capacidade de transformação que se redesenham as relações materiais, imateriais, de tempo espaço, de primados naturais e as próprias expectativas de futuro. O sonho de Prometeu foi realizado e o domínio técnico transformou o mundo em produto do demiurgo Ser Humano.

Da mesma forma que no mito, no Antropoceno a ação humana (trabalho e ação nos termos apresentados por Hannah Arendt, 2000) e o ritmo alucinado de desenvolvimento tecnológico associados à uma filosofia de Mercado seriam produtores de riscos capazes de colapsar boa parte das estruturas e lógicas que erigiram a civilização moderna (BECK, 2013; GIDDENS et al, 1997).

O conceito “antropoceno” — do grego *anthropos*, humano, e *kainos*, novo, foi cunhado no ano 2000 pelo químico holandês Paul Crutzen, vencedor do Prêmio Nobel de química em 1995, quando, em uma conferência, sugere que para além do holoceno vivemos uma nova época geológica caracterizada pelo impacto das ações humanas sobre a Terra, portanto, a era do antropoceno. Nesta proposta, tomamos antropoceno em sua acepção etimológica mais radical (do latim, *radix*), pois compreende-se que impactos ambientais, ecológicos e sobre a vida no planeta distribuem-se de modo desigual entre nações mais ou menos desenvolvidas, ou subdesenvolvidas e que é impossível considerar desenvolvimento sem abordar sociedade, economia e política, artes, cultura, relações de gênero, raça e classe social.

Anthropos carrega em si a dimensão da vida *pública* e da construção de *cidadania* e, destarte, o antropoceno precisa também ser investigado a partir da ótica das ciências sociais e humanidades em geral. Liz-Rejane Issberner e Philippe Léna⁸ destacam em artigo publicado no Correio da UNESCO, em 2018, o importante papel das humanidades, compreendidas em amplo sentido, neste debate:

It is surprising that the human and social sciences have avoided this issue for so long, given that it will determine the future of humanity. Besides

⁷ A polêmica negacionista e pseudo-científica, estabelecida no Brasil e erigida em torno da vacina contra a COVID-19 atesta cabalmente a dimensão dramática da pós-verdade.

⁸ Disponível em: The Unesco Courier, April-June 2018. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000261900> Data de acesso: 30/7/2022.

being anthropocentric by definition, these disciplines believe that the field belongs to the natural sciences, par excellence. The emergence of the concept of the Anthropocene confers upon them the responsibility of explaining how human societies have been able to provoke changes of such magnitude to the modus operandi of the planet, and what differentiated impacts they will have on the world map. The social sciences and humanities should be developing and acquiring new subjects and knowledge to respond to the questions raised by this new epoch – including natural disasters, renewable energy, the depletion of natural resources, desertification, ecocide, widespread pollution, migration, social and environmental injustice (ISSBERNER; LÉNA, 2018, [sp]).

Desse modo, é imprescindível que sejam feitos avanços em torno da compreensão da questão a partir de um ponto de vista das ciências humanas. Além disso, mais do que um debate econômico, também ficam evidentes, pelo excerto acima, duas questões que concernem ao campo das áreas do conhecimento envolvidas nesta proposta, mas também à política e à tecnologia, ambas peças-chave na compreensão do processo de ação do ser humano sobre o planeta e em seus meios – seja o contexto ambiental da natureza seja o ambiente social em que se insere.

Se a ideia de antropoceno coloca em cena as mudanças geológicas causadas pela ação humana, poderíamos perguntar quais seres humanos têm provocado estas transformações: é a humanidade de maneira abstrata e a-histórica? Os próprios criadores do termo localizam o surgimento deste período geológico na revolução industrial. Isto significa que não é qualquer *anthropos* que produz a crise do antropoceno, mas um historicamente encarnado e situado, socialmente produzido.

De fato, exemplos de como a ação humana transforma o mundo natural são diversos e historicamente situados. Para ficar apenas em um significativo, estudos arqueológicos realizados na Amazônia e na Mata Atlântica indicam que “a floresta atual não é tão natural assim”⁹ (CLEMENT, 2015), mas fruto da ação e forma de manejo secular de povos originários. Estes, através de suas técnicas, cosmovisões, episteme e formas de vida ajudaram a produzir a floresta como a conhecemos hoje. Mas esta “produção” está longe de significar uma mudança em escala geológica como a que vemos acontecer nos tempos atuais e que aponta para o que alguns autores têm indicado como um ponto de “não retorno” rumo à catástrofe (CASSERES; CUNHA, 2020).

O problema do que a literatura tem chamado de crise do antropoceno não é, portanto, fruto do *anthropos* abstrato, mas sim do sujeito moderno, sua episteme e

⁹ Cf entrevista de Eduardo Goés Neves a Pesquisa FAPESP: GUIMARÃES, Maria. Um imenso pomar. Pesquisa FAPESP, maio 2017, ed 253, disponível em <https://revistapesquisa.fapesp.br/um-imenso-pomar/>

racionalidade próprias, surgido de uma série de processos específicos e que se identifica com o período de avanço do capitalismo. Nesse sentido, para alguns autores, “o termo antropoceno é incapaz de explicar como essas mudanças alarmantes ocorreram. Questões acerca do capitalismo, de poder e classe, antropocentrismo, enquadramentos dualistas de ‘natureza’ e ‘sociedade’ e o papel dos Estados e impérios — tudo isso costuma ser limitado pela perspectiva dominante do Antropoceno” (MOORE, 2022).

Diferentes autores preferem assim utilizar o termo de *capitoloceno* para tematizar a singularidade da formação histórica e social que tem levado a consequências geológicas profundas. Com isto, por um lado procuram mostrar a própria complexidade e diversidade do *anthropos* e de seus processos históricos e, por outro, que existe ação e política na possibilidade de reversão do quadro atual (BARRIOS; MARTINEZ, 2020).

Nesta proposta, optamos por manter o uso de antropoceno, ressaltando sempre os limites do termo, como esses acima apontados, por entendermos que desta forma é possível ampliar o escopo de compreensão da proposta e nossa inserção no debate intelectual contemporâneo.

1.1.3 Tecnologias e crise do futuro

Em outra ponta dessa equação, as tecnologias digitais permitiram a emergência de uma sociedade da informação, na qual é possível a contingentes populacionais falarem cada vez mais de tudo, ouvirem cada vez mais de tudo, ao mesmo tempo em que se instala uma lógica de precarização do diálogo comunicacional, retirando substrato de informação-conhecimento à prática comunicativa.

Invertendo a ordem dos elementos apresentados neste ponto, a mudança nos meios de comunicação socialmente difundidos pela explosão das mídias sociais de massa (um passo adiante do anterior problema da indústria cultural de massas) possibilitou, por seu aspecto múltiplo de microrredes e potencialização de falas contra-hegemônicas sem controles institucionalizados (ROCHA, 2021), o surgimento de fenômenos como a desinformação, as *fake news*, o negacionismo, o terraplanismo e, em seu pólo mais poderoso, de dimensão epistemológica e potência política, o campo da pós-verdade. Ancorado nos novos dispositivos técnico-informacionais e na transformação da arena pública em arena pública virtual, a pós-verdade ganhou força instrumental a partir das brechas abertas pelo surgimento dessas bases materiais tecnológicas e o acesso a dispositivos móveis de comunicação (segundo dados da FGV o Brasil tem cerca de 1,6

aparelhos de celular por habitante). Mas a existência de mídias sociais poderosas como o Youtube, o Facebook, o Twitter, o Telegram, o Whatsapp, o Instagram e TikTok¹⁰ não explicam *qual* energia social sustenta a expansão da pós-verdade que cresce ao mesmo tempo à expansão desses meios.

Nossa hipótese (2ª hipótese) é que a dúvida socialmente justa sobre a possibilidade de progresso/futuro *versus* hecatombe/não-futuro está alimentando, sendo estimulada e cooptada como base para a difusão da pós-verdade. Sendo, portanto, incorporada como espetacularização noticiosa, na formação de mitologias grupais e munição para a crítica sistêmica. Para além dessa força natural da tensão utopia/distopia e da brecha histórica possibilitada pelo ambiente rápido e desregulado da discussão nas mídias digitais, temos como agravante *que o debate sobre o futuro não está sendo enfaticamente enfrentado pelo campo científico e nessa carência cresce a tendência de disseminação e fortalecimento do campo da pós-verdade.*

Sabemos das necessidades ilimitadas das sociedades contemporâneas em relação à inovação e à tecnodiversidade e de as repensarmos, não apenas diante do colapso do meio ambiente, mas da ecologia da vida em si, lembrando que “a ecologia, desde a sua etimologia, *oikos, logos* (*oikos*, casa, habitação, moradia; *logos*, o pensamento de. o discurso sobre, *logia*) é a *logia do oikos*” (Deguy, 2012, p.129). *Oikos* está também em economia, ambas instâncias que deveriam pensar a partir da e sobre a “casa” e pensá-las em um tempo que é “sem precedentes” (DEGUY, op.cit). É incontestável que as tecnologias trazem ganhos, porém a que *preço* se seguirmos como temos seguido e diante do fato de que a vida, a justiça, a equidade são imprecificáveis?

Nesse contexto, a aceleração das inovações tecnológicas, apesar de muito significativa acaba por ser inferior à aceleração do crescimento, ou seja, as taxas de crescimento da produção, asseguradas pelos ganhos incrementais à produtividade, sustentado pelo uso intensivo de tecnologias, e, extensivamente, pelo aumento do consumo, são superiores às taxas de inovação em si. Os ganhos com os avanços tecnológicos deveriam proporcionar, do ponto de vista do trabalho, redução de jornada e aumento de tempo livre, conseqüentemente, ganhos para os trabalhadores e desaceleração da vida, entretanto, não é o que ocorre. É nessa seara que contribuições contemporâneas e *ex-cêntricas*, ou seja, fora do eixo dos países ocidentais mais desenvolvidos, como as do filósofo chinês Yuk Hui (2020), ressaltam que é preciso haver um combate ao discurso de

¹⁰ Além do surgimento de novos “organizadores da cultura” – os *influencers* digitais.

que os ganhos tecnológicos são universais e de que a globalização se deu por igual no planeta. Dada a desigualdade entre termos de trocas entre os países, a dimensão política e ética da globalização e da socialização dos ganhos por inovações é colocada em xeque. Diz Hui:

O processo de universalização funciona de acordo com diferenças de poder: o poder tecnologicamente mais forte exporta conhecimento e valores para o mais fraco e, como consequência, destrói interioridades [...] as diferenças no desenvolvimento tecnológico definem em grande medida as fronteiras entre as diferenças de cultura e poder. Como hoje é evidente, a definição de fronteiras da cultura não se dá por grupos étnicos, mas por Estados-nação e pelo etnonacionalismo (HUI, 2020, p. 46)

Não foram poucos os que defenderam que a tecnologia seria capaz de fazer nossa capacidade de agir coletivamente avançar “levando ao progresso da cultura, da democracia, da política ou do pensamento científico” (LEMOS, 2020), mas sabemos que tal expectativa não se concretizou como idealizada. É por isso que Hui entende que a chegada ao Antropoceno, ou melhor, à crise do Antropoceno, liga-se ao término de uma era da globalização que ao fim e ao cabo mostrou-se unilateral e é nesse sentido que ele propõe que a uma cosmotécnica¹¹ se articule uma cosmopolítica, as quais ao pensar a política em termos de *cosmos* e de novas ordenações recusem um futuro tecnológico homogêneo (HUI, 2020). Para entender as raízes desse quadro é preciso compreender o neoliberalismo como ontologia.

1.1.4 Neoliberalismo como Ontologia

Simultaneamente à percepção dos impactos promovidos pela ação humana sobre as condições de reprodução das vidas no planeta, emerge no campo do pensamento social o diagnóstico de uma passagem de larga escala nos processos econômicos, políticos, culturais e sociais das sociedades modernas. Num primeiro momento, a emergência de um neoliberalismo foi descrita como um novo arranjo no equilíbrio de governo das sociedades contemporâneas (LEMKE, 2017), as quais, no confronto com alternativas de primazia do social sobre a economia (POLANYI, 2000) viram brotar propostas de natureza fiscal e de controle das contas públicas. Contudo, rapidamente tornou-se evidente que o neoliberalismo, muito além de uma doutrina de austeridade fiscal, propugna novas doutrinas

¹¹ Para Hui a tecnologia não é universal, mas assegurada e limitada por tecnologias particulares, de modo que não há uma tecnologia única, mas uma multiplicidade de cosmotécnicas. “cosmotécnica é a unificação do cosmos e da moral por meio de atividades técnicas, sejam elas de criação de produtos ou de obras de arte”.

de governo que visam mudar a balança entre a responsabilidade coletiva e individual. Onde o previdenciário havia se tornado uma gramática das sociedades ocidentais baseadas no princípio da cidadania, passaram a avançar concepções sobre empreendedorismo individual, auto responsabilização, empresa de si. Novos conteúdos de verdade sobre a relação desejável entre o social e o indivíduo vieram dar lugar uma ontologia neoliberal (BROWN, 2019) que toma a ilusão dos livres mercados como forma natural de organização da vida (HARCOURT, 2011), único modelo de organização de todas as relações humanas, inclusive dos sujeitos consigo mesmos (LEMKE, 2017; DARDOT E LAVAL, 2017).

As transformações de larga escala são identificadas com o final dos anos 1960, aceleradas nos anos 1980, quando as ciências humanas passaram a pensar os termos de uma pós-modernidade (BAUMAN, 1999; GIDDENS, 1991). Para além dos impactos da globalização sobre novas formas de produção, mercado e organização do trabalho (HARVEY, 2008) , a teoria social contemporânea voltou seu olhar aos processos políticos e culturais da mudança (STUART HALL, 2002). Crítica à intervenção estatal na economia, crítica ao Estado de bem-estar, mas igualmente a incorporação de ideais anti-iluministas (HABERMAS, 1987) que vieram modificar as relações - antes vistas como desejáveis - entre progresso material e progresso social mediante a redução de desigualdades - abrindo caminho para ideologias neoconservadoras.

Enquanto as representações ideológicas apontam para a desconexão entre política e economia, como o modelo de livre mercado tomado como natural (HARCOURT, 2011), a teoria social lança mão de conceitos como governamentalidade (FOUCAULT, 2008) que procuram dar conta da simultaneidade de alterações na política, na cultura e subjetividade, com a emergência de uma nova política da verdade. Como aponta Lemke:

O conceito de governamentalidade sugere que é importante averiguar não somente se a racionalidade neoliberal é uma representação adequada da sociedade, mas também como ela funciona como uma “política da verdade”, produzindo novas formas de conhecimento, inventando noções e conceitos diferentes que contribuem para o “governo” de novos domínios de regulação e de intervenção” (LEMKE, 2017, p. 202)

Se no momento previdenciário a “política da verdade” apontava a responsabilidade social pela produção da vida humana, reclamando da política soluções coletivas para os riscos, conflitos e desigualdades, o momento neoliberal volta-se às escolhas individuais e provisões pessoais como chave de solução dos conflitos. No lugar de problemas sociais, cada vez mais é o uso da liberdade individual que se coloca em questão, promovendo o

deslocamento das identidades coletivas para novas formas de identificação, de representação e de conflito (HALL, 2002).

No plano da teoria social, passa-se a pensar os processos de dominação menos em termos repressivos, e mais em termos de governos da verdade e governos de si (LEMKE, 2017; HARCOURT, 2017). No plano do conhecimento, as tecnologias de autogoverno passam a se destacar entre as novas tecnologias de controle, o que vai se dar tanto na justiça criminal (Rose, 2000) quanto nos apelos de uma reorganização subjetiva da força de trabalho (Dardot e Laval, 2017).

Segundo David Garland (2008), a contemporaneidade neoliberal é constituída por contradições e ambivalência nas políticas públicas. Alguns tipos de conflitos são administrados por tecnologias do eu que atribuem a solução dos problemas humanos a uma melhor gestão dos recursos individuais, ao passo que outros conflitos demandam o endurecimento da lei, um policiamento implacável, o encarceramento massivo para fins de neutralização dos tipos “irrecuperáveis”. O tema do crime se torna um divisor de águas que favorece a emergência de demandas autoritárias de eliminação dos inimigos da sociedade. Uma política neoliberal voltada ao uso da liberdade (em detrimento do enfoque na construção social dos problemas humanos), assim, esvazia a construção de universalidade perante as leis, esvazia o paradigma de tratamento igualitário dos cidadãos perante a justiça.

Populismo penal e capitalização política do medo (Simon, 2009) tornam-se modelos bem-sucedidos de controle social, assim como se tornam evidentes as implicações racistas das novas formas de controle (Harcourt, 2008). O apelo às soluções autoritárias também é considerado por Wendy Brown (2019) um resultado do esfacelamento do social que serve de suporte à ascensão da ultradireita antidemocrática num número significativo de países ocidentais. Este resultado, segundo a autora, foi produzido por uma militância libertariana internacional que forma novos quadros políticos e produz uma nova política da verdade, mobilizando afetos, especialmente ódio e ressentimento forjados em contextos de desigualdade.

1.1.5 O papel das Humanidades

E por que este cenário está articulado com a crise do antropoceno? Porque entre as múltiplas faces civilizatórias possíveis de articulação entre ganhos do conhecimento científico e tecnológico e o projeto de vida social uma se tornou hegemônica e caminha a

passos largos para fortalecimento da imagem da distopia: a submissão da dimensão da sociedade e da política à lógica do lucro privado e dos interesses do mercado, apagando qualquer ideia de emancipação.

Não é de hoje que as ciências humanas tratam desse problema. Rousseau, Marx, Weber, Polany, Adorno, Horkheimer, Marcuse, Mannheim, Galbraith, Myrdal, Habermas, Latour, W. Mills, Sartre, Arendt, Becker, Baudrillard, Amartya Sen, Boaventura de Souza Santos, Wallerstein, Piketty, trataram a questão ligando bases econômicas, esfera social e política e a dimensão do futuro humano possível e desejável de variados ângulos, no âmbito do debate mundial. Na América Latina, continente que teve por conta de sua situação tardo-periférica, de herança colonial e situação de subdesenvolvimento, a lista de autores não seria menor: Manuel Bomfim, Roberto Simonsen, Caio Prado Jr, Mario Pedrosa, Sérgio Burque de Holanda, Raúl Prebisch (e todos os cepalinos), José Medina Echevarria, Celso Furtado, Gino Germani, Ignácio Rangel, Guerreiro Ramos, Florestan Fernandes, Hélio Jaguaribe, Leopoldo Zéa, Rui Mauro Marini.

Nessa amplíssima (e heterogênea) literatura o ponto de convergência é o questionamento das relações de determinação ou de contradição entre os binômios modernidade e filosofia do Mercado (capitalismo e suas teses de suporte), entre sociedade de consumo e um projeto humanista, entre individualismo radical e possibilidades de vida social coletiva, entre crescimento e desenvolvimento, entre dominação e emancipação. O que resulta desse complexo intelectual é a conexão entre crise do que hoje podemos denominar como Antropoceno com a opção e alinhamento com um lado desses binômios - a adesão à lógica do Mercado. E, com todas as suas consequências tais como o individualismo radical, a privatização da riqueza, a lógica de curto prazo, a hipervalorização do conflito, a negação das responsabilidades transgeracionais (conservação e uso racional do meio ambiente, ganhos econômicos como base de ganhos de bem estar e empoderamento/autonomia individual, coesão social como projeto de futuro, defesa da igualdade e isonomia como metas da ação humana em todas as esfera, valorização da reflexão crítica, da educação e da cultura, tolerância e justiça social) e a instrumentalização do conhecimento e suas instituições - e operadores (BROWN, 2019).

Urge que esta reflexão seja feita nos *loci* do campo científico, por dentro das instituições produtoras de conhecimento e junto à sua comunidade. Trata-se de criar um espaço de discussão que permita à comunidade científica compreender as conexões entre a produção científica que promove, os riscos dos usos sociais do conhecimento (que podem

ser aprisionados na lógica do Mercado e na aceleração da crise do antropoceno) no qual o diálogo (que existe na ciência, mas não no campo da pós-verdade), a coesão social, a não aceitação de decisões arbitradas pela força, pelo fundamentalismo ou pela violência se instalem.

Chegamos aqui ao âmbito da universidade – que como todos os outros ambientes sociais precisa discutir essa questão, mas que, em função de sua missão (produção do conhecimento científico) e lugar/função privilegiada (legitimação do discurso científico) precisa discuti-lo de maneira mais urgente e com competência, uma vez que é a instituição e lugar de fala de onde se espera posicionamento pautado pela faticidade das informações, rigor metodológico (exigência de verificação e validação) e valor do princípio lógico-empírico. Não nos parece possível defender a ciência sem discutir a pós-verdade e a crise civilizatória. E não é possível discutir ambas sem considerar os impactos da COVID-19 no contexto atual, perversos para o Brasil e, no Brasil, para as classes mais pobres, negros, indígenas e outros grupos sub-representados.

A atmosfera de desmoronamento que a pandemia nos impôs levou a várias pensadoras e pensadores a examinar tal desabamento, seus contornos e possibilidades. Parte da intelectualidade se debruçou sobre o reconhecimento de que as diferentes formas de opressão e de violência de gênero, raciais, das sexualidades e contra diversas minorias, não aparecem como apêndices das proposições em voga. Um dos argumentos mais utilizados no momento de intensificação do impacto da pandemia com o fechamento das escolas é o diagnóstico de que a pandemia expôs a desigualdade social e racial que estrutura a sociedade brasileira.

Desse modo, um dos aspectos que foram evidenciados no empenho teórico em torno das respostas necessárias à pandemia da Covid-19 é de que tais traços de violência adquiriram centralidade em espaços em que antes apareciam apenas como figuração. Em outras palavras, não houve o entendimento de que as saídas para a pandemia da Covid-19, e das demais questões que nos assolam não se efetivariam sem que se observassem os modos inegáveis a partir dos quais as desigualdades de gênero, raciais, das sexualidades e contra diversas minorias étnico-raciais, religiosas fossem ultrapassados - ou seja, os elementos que justificam as atrocidades contra essas pessoas precisam ser equacionados. Essa dimensão é medular para construir saídas reais e efetivas, em um contexto de predomínio da pós-verdade, da violência, de uma crise global no meio ambiente que afeta ainda mais as periferias

Sob o contexto da pandemia da Covid-19, as formas de funcionamento da racialização se manifestaram nas dificuldades de acesso da população negra a meios elementares de sobrevivência. Durante o período da pandemia, um número alarmante de crianças, jovens e adultos não tiveram acesso algum à educação. Em 2020, segundo a UNESCO, mais de 800 milhões de crianças em todo o mundo ficaram fora das escolas com acesso precário a qualquer forma de aprendizagem. O Relatório de Monitoramento Global da Educação apontou que os desafios frente à pandemia acentuaram ainda mais a desigualdade. Dados do DataFolha apontaram que cerca de 40% de jovens dos anos finais do ensino fundamental não pretendiam voltar às aulas mesmo com a retomada das atividades estudantis e acadêmicas de forma presencial.

A Unicef ao tentar captar o impacto da pandemia na América latina e Caribe afirmou que dois em cada três estudantes destas regiões poderão chegar aos 10 anos de idade sem conseguir ler textos simples e que cerca de 4 milhões de crianças abandonaram os estudos no Brasil em 2020. Tal desdobramento entre crianças e jovens e pessoas adultas mostra ainda um descrédito na escola, ceifando perspectivas de futuro. Este cenário, ainda que já existente anteriormente à pandemia mostra sua face presente, Milton Santos já afirmara esta anterioridade que moldava uma combinação de "a violência do dinheiro e a violência da informação, associadas na produção de uma visão embaralhada do mundo; a perplexidade diante do presente e do futuro; um impulso para ações imediatas que dispensam a reflexão, essa cegueira radical que reforça as tendências à aceitação de uma existência instrumentalizada." (SANTOS, 1996, p. 3).

A importância das Humanidades atribui outra estatura ao debate que perpassa a proposta deste GTT. As Humanidades possibilitam a compreensão das demandas das novas realidades sociais ao permitir a articulação e projeção das ideias mais inovadoras de imaginação da vida social, econômica, política, artística e estética. Por isso, compreender e afirmar a luta pela diversidade de forma interseccional e transdisciplinar é travar a luta verdadeira por uma sociedade, outra que ainda não existe, que cabe a nós, como uma tarefa nossa, construir, pois como afirma Conceição Evaristo: "A fala que prefacia os nossos textos é a de nossas ancestrais. Falar sem elas seria falar no vazio, são nossas vozes matrizes que, na maioria das vezes, se realizaram no silêncio. A gente pega esse silêncio e o transforma em gritos."

Insistindo em nosso ponto. Por que as Humanidades como primeiro degrau dessa reflexão na UFSCar e instituições parceiras? Primeiro porque é no campo das Humanidades

que a compreensão e explicação dos fenômenos sociais fazem parte natural e esperada de sua agenda de pesquisa. Segundo, porque é o campo de Humanidades um dos mais visceralmente atacado pela estratégia da pós-verdade, acompanhada da contra-história, das guerras culturais, da contra-informação e da desordem informativa.

Estabelecidos os aspectos do presente a partir dos quais nos situamos, é preciso agora, como Sankofa, ou o Anjo de Klee, voltar os olhos ao passado, pois é de lá que virão os alísios, ainda que de lá advenham as ruínas. Entendemos que, dentro da universidade, um dos pontos de partida para este olhar é está no estudo, valorização e análise dos acervos e coleções de que dispomos e que são preciosíssimos.

1.2 Memória e Conhecimento

1.2.1 Memória, história, limiar

Em um momento como o presente, torna-se crucial repensar a casa, país, planeta, mas também aquilo que, nos entrelugares das subjetividades produzem incessantemente sentidos, sobretudo a partir do que a cultura e as artes, como a literatura, ensejam. Por isso o GTT busca abarcar tal dimensão e ao abordá-la poderá articular, como se disse logo no início, política, tecnologia e vida no antropoceno, a partir da produção de conhecimento científico com base no estudo das dinâmicas sociais e culturais que os acervos e coleções da UFSCar carregam em seu bojo. Trata-se de nos tornarmos Sankofa:



“Sankofa”, de autoria da artista Donna Lee Bolden Kerr

Fonte: <https://fineartamerica.com/featured/sankofa-donna-lee-bolden-kerr.html?product=art-print>, acesso em 14 ago. 2022

Os acervos em questão, por sua envergadura e importância, ao viabilizarem a reflexão empreendida no tempo presente, voltada, ao mesmo tempo, para o passado e sendo patrimônio histórico do país, ao mesmo tempo que para o futuro, pois a partir deles, podemos ressignificar experiências e re-organizar as diversas dimensões da vida - social e subjetiva - garantem que o conhecimento produzido a partir do pensamento crítico desdobre-se em profícuas redes de pesquisa. Por trazerem lições do passado e forte componente da própria história do Brasil certamente permitem que as interligações entre conhecimento, sociedade e vida no antropoceno, ou seja, as conexões invisíveis, sejam abordadas de modo dinâmico e apontam, portanto, para a acentuada relevância da proposta. Por esse estudo, o passado é re-proposto consteladamente, de modo aberto, pronto a ser (re)interpretado. A partir dessa “nova visão da história” o agora ilumina-se.

O trabalho com acervos – compreendido de forma ampla, abrangendo desde a sua constituição e passando pelas ações de preservação, catalogação, divulgação e disseminação – promove ainda reflexões sobre os materiais da história e da memória que, por sua vez, impactam nas já mencionadas dívidas históricas da sociedade brasileira. Como se sabe, a presença de documentos nos acervos, sua preservação e transmissão não são independentes de relações de poder (LE GOFF, 2003), o que faz com que sua ausência se constitua enquanto mecanismos de apagamento e silenciamento de trajetórias, pensamentos e práticas artístico-culturais. Adicionalmente, há que se pensar ainda na própria natureza destes acervos, de modo a valorizar a diversidade dos materiais a serem organizados, não os restringindo apenas a textos escritos, mas abrangendo também sons¹², imagens, objetos e utensílios, de modo a possibilitar o estudo de práticas e pensamentos ligados à oralidade¹³.

O estudo de tão importantes acervos reivindica a *lonjura* da agoridade, pelo enfrentamento da pobreza da experiência, tornando mais autêntico o vivido, tomando de empréstimo o que Cantinho ensina acerca do pensamento de Walter Benjamin “desde a sua duração material ao seu potencial de testemunho histórico” (CANTINHO, 2002, p.120).

¹² Apenas a título de ilustração, cabe ter em mente que, até a invenção do fonógrafo por Thomas Edison em 1877, a única forma de se conhecer o passado musical se dava através da notação musical, a partitura, o que gerava entraves até então intransponíveis para se recontar a história de sistemas musicais pautados pela transmissão oral. Assim, tão logo este dispositivo de gravação sonora se consolidou, começaram a surgir arquivos de fonogramas – sendo o Arquivo de Fonogramas de Berlim (1900-presente) um dos mais reconhecidos – que contaram com pesquisadoras e pesquisadores que se deslocavam para diferentes localidades a fim de registrar suas práticas musicais, gerando uma base documental a partir da qual seria possível estudá-la. Sobre esse tema e suas reverberações no cenário brasileiro, ver Waizbort (2014).

¹³ Referindo-se especificamente sobre as gravações de canção e música popular, o historiador brasileiro José Geraldo Vinci de Moraes as considera “como uma rica fonte para compreender certas realidades da cultura popular e desvendar a história de setores pouco lembrados pela historiografia.” (MORAES, 2000, p.204-205).

Uma vez que, na contemporaneidade, a busca da felicidade e/ou a velocidade não são senão ilusórios fogos-fátuos, a avaliação do passado, por meio dos acervos, reage freando a urgência do contexto para impor a lentidão que a rememoração exige e é nesse sentido que se estabelece a sua atualidade como algo que “entra em choque, em confronto positivo com a imagem tácita do presente e da história, instaurando a possibilidade de um outro porvir” (GAGNEBIN, 2014, p.206).

É dessa perspectiva metodológica, que avaliamos de um lado o que é ser contemporâneo; e de outro as relações a partir das quais o contemporâneo se estabelece para o devir em função da (re)leitura do passado.

De acordo com o filósofo alemão: “a imagem dialética constitui-se como a interpenetração "crítica" do passado e do presente, sintoma da memória coletiva e inconsciente - [e] é isso mesmo que produz a história” (BENJAMIN, 1940 [1996], p.249; CANTINHO, 2003). Evidentemente, o lugar em que encontramos essas imagens dialéticas não é outro senão a linguagem em sua dimensão estética, ética e histórica. Segundo Gagnebin, nota-se, em Benjamin, como em Proust, “a mesma preocupação de salvar o passado no presente graças à uma percepção que os transforma os dois: transforma o passado porque este assume uma forma nova, que poderia ter desaparecido no esquecimento; transforma o presente porque este se revela como sendo a realização possível dessa promessa anterior que poderia ter se perdido para sempre, que ainda pode se perder se não a descobrirmos, inscrita nas linhas do atual (1996, p.16). ou seja, “[, ...] Articulating the past historically does not mean recognizing it "the way it really was". It means appropriating a memory as it flashes up” (BENJAMIN, p.391) e a partir desta iluminação é possível, articulando inteligências, rumar ao futuro.

Assim sendo, o estabelecimento do GTT diz respeito também ao papel social da universidade responsabilizando-se por: **produção de conhecimento e ciência, de modo inovador, integrado e propositivo**. O fazer científico em questão mobiliza o *corpus* dos acervos e coleções e ao mobilizá-lo compreenderá, explicará e prospectará dinâmicas sociais para propor soluções criativas e coletivas à vida no antropoceno

Por isso, não se pode perder de vista o que aponta Márcio Seligmann-Silva a propósito da mobilização do passado de uma perspectiva benjaminiana: “A leitura estética do passado é necessária, pois opõe-se à “musealização” do ocorrido: ela está vinculada a uma modalidade da memória que quer manter o passado ativo no presente” (SELIGMANN-SILVA, 2003, p.57).

Afastando-nos do caráter museológico conservador que em geral cristaliza a abordagem das coleções e acervos, procuramos aqui (e seguindo a seara da etimologia) tornar vivas essas memórias, convertendo *museu* em *música*, cujo radical etimológico é o mesmo, oriundos de Musa. Jacyntho Lins Brandão em um bonito texto sobre o épico ensina que a Musa é filha de Zeus, portanto do poder, e de Mnemósine, a memória, desse modo, a Musa é o poder da memória. Tomados aqui no sentido não apenas *museológico*, mas também *musical*, de orquestração de dissonâncias, o que os acervos trazem é a potência da memória e da história para que do presente possamos mirar o passado e projetar futuro. Valemo-nos aqui das lições de Haroldo de Campos:

Minha relação com a tradição é antes *musical* do que *museológica*. Note-se que ambos esses adjetivos provêm da mesma palavra, musa (*Mousa* em grego), e que as Musas *são filhas da memória (Mnemósine)*. Prefiro a derivação que desembocou em música, porque gosto de ler a tradição como uma partitura transtemporal, fazendo, a cada momento, “harmonização” síncrono-diacrônica, traduzindo, por assim dizer, o passado de cultura em presente de criação. Museu – pelo menos certa ideia de museu, que traz como correlato a palavra “conservador” – faz pensar em coisa morta, embalsamada, preservada em formol ou naftalina [...]. (CAMPOS, 1992b, p.258, itálicos e aspas do autor)

Essa dinâmica ou orquestração dos modos de ler/estudar os acervos e, portanto, uma tradição de pensamento intelectual é bastante produtiva para enfrentarmos uma questão crucial do tempo presente e que enlaça as ponderações apresentadas acima: a crise da factualidade, da legitimidade da ciência e da pós-verdade.

Já desde sua criação, as universidades objetivavam oferecer um ensino de qualidade voltado à formação de intelectuais e profissionais técnicos competentes para atuar em diversos setores da organização social, e logo passaram a concentrar esforços também para a realização de pesquisas que visam à produção de conhecimento que contribua para a expansão econômica e social do país (BOCCATO, 2005).

Assim, entendida como polo de produção e disseminação cultural e de conhecimento, a universidade pública sobretudo tem como principal objetivo a formação de pesquisadores, cientistas, profissionais especializados e docentes dos mais variados níveis para atuar nas frentes de ensino, pesquisa e extensão, desenvolvendo projetos que inovem a vivência social, no âmbito cultural, científico e tecnológico (BISCALCHIN, 2021).

Para o desenvolvimento das atividades a que se propõe, a universidade precisa contar com suporte informacional, constituído por acervos, fundos e coleções documentais representativas das memórias institucional, regional, nacional e internacional, usualmente

alocados em bibliotecas e unidades de informação. As unidades de informação são constituídas por diversas fontes primárias, relevantes para o resgate da memória cultural, histórica e artística, abrigam, assim, conjuntos documentais imprescindíveis para o desenvolvimento de muitas pesquisas.

E, para adquirir e compor um conjunto documental, se faz necessário recorrer a uma política de desenvolvimento de coleções, que deve ser embasada nas áreas de conhecimento e pesquisa desenvolvidas pela universidade, que será constantemente revista e atualizada. Com base nela, a aquisição e a manutenção de coleções deve ser embasada nos objetivos da instituição e nas necessidades efetivas dos usuários, pois a aquisição de quaisquer materiais arquiváveis sem políticas claras pode levar à recepção de materiais não úteis, ampliando de modo desnecessário os desafios e custos. Afinal, manter acervos, implica em demandas de mão de obra, verba, equipamentos e espaço físico: uma vez constituído, um acervo precisa ser constantemente higienizado e indexado, garantindo condições de acondicionamento adequadas para guarda e preservação do material, e também para as atividades de consulta – o que, além de espaço físico, impacta na necessidade de espaço digital, pois a digitalização mais que um facilitador de acesso aos documentos, também se constitui em um importante fator no auxílio a preservação dos materiais. Em todo caso, vale sublinhar que a digitalização dos dados é crucial mesmo no caso de materiais cuja consulta deve ser *in loco*, como ocorre com esculturas, exemplares editoriais únicos, entre outros objetos colecionáveis.

Há uma tendência a separar uma coisa da outra [o estado das técnicas e o estado da política]. Daí muitas interpretações da história a partir das técnicas e, por outro lado, interpretações da história a partir da política. Na realidade, nunca houve na história humana separação entre as duas coisas. As técnicas são oferecidas como um sistema e realizadas combinadamente através do trabalho e das formas de escolha dos momentos e dos lugares de seu uso. É isso que faz a história. (SANTOS, 2000, p. 23).

1.2.2 Corpus de fontes primárias

Trata-se simultaneamente de um lance da *Fortuna* e de uma ousadia da *Virtú*¹⁴. Como lance da *Fortuna* a UFSCar abriga um conjunto de pesquisadores especializados no

¹⁴ Segundo conceitos sobre a potência e o êxito da ação humana desenvolvidos por Maquiavel em *O Príncipe* (XXX, [1513]). *Fortuna* corresponde a situação que o homem encontra pronta dada pela disposição da Providência; já a *Virtú*, melhor traduzida pelo termo potência, seria a capacidade que um homem possui para transformar o mundo em que vive, segundo sua escolha, técnica e habilidade.

tema da produção intelectual, em autores, temas, momentos e disputas no campo do pensamento social. Abriga, e muito significativamente, um conjunto de acervos (ou coleções) que constituem a base de faticidade da área de humanidades: a coleção Florestan Fernandes (abrigada na BCo, constituída por livros, documentos, correspondência e marginalia), a coleção Luiz Carlos Prestes (abrigada na UMMA, constituída por 1700 livros e 300 caixas de documentos e correspondência, referentes ao período de antes, durante e depois da prisão), a coleção Raduan Nassar (abrigada na UMMA e Biblioteca Lagoa do Sino, constituída por 1400 livros e documentos, tais como cadernos de notas, versões de romances, entre outros), e os ingressantes acervos dos emérito professores da UFSCar, como Bento Prado Jr, abrigado na pequena biblioteca setorial do PPGLFil, composto de livros, teses orientadas, documentos diversos, versões de conferências, cursos, palestras.

Para além de acervos e coleções de trajetórias intelectuais específicas (sua produção, condições de produção e legado), a UFSCar possui ainda o importante acervo do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB) que reúne coleções, praticamente inexploradas, existentes na Unidade Especial de Informação e Memória (UEIM/UFSCar) que compreende a coleção Eduardo de Oliveira Oliveira, sociólogo e militante do movimento negro (coleção composta por 513 livros, separatas, teses, folhetos, folders, correspondência pessoal, cartazes e material audiovisual; a coleção Thereza Santos, além de um conjunto de documentos relacionados a sua trajetória de vida no Brasil e países africanos no momento da consolidação dos novos Estados nacionais africanos, contém 156 obras de arte africanas denominada “tradicionalis” que podem ser identificadas seguindo critérios de análise formal e estilística, disponíveis em diversas biográficas sobre o tema, além de livros, estátuas, anotações, pinturas etc; a coleção da Associação Cultural do Negro (ACN) composta por recortes de jornais, periódicos, correspondência expedida e recebida, fichas de filiação. A ACN foi fundada em 1954 e concluiu suas atividades em 1976, foi uma das principais associações de ativistas negros de São Paulo e alguns dos seus membros participaram na luta pela “integração dos negros” a sociedade paulistana e foram informantes para as pesquisas realizadas por Florestan Fernandes e Roger Bastide.

Além dele, a UEIM - A Unidade Especial de Informação e Memória, que foi criada em 1998, reúne, hoje, um complexo acervo multimodal ligado às atividades que caracterizam o Centro de Educação e Ciências Humanas- CECH da Universidade Federal de São Carlos - UFSCar. Implantada a partir do Arquivo de História Contemporânea, criado no

final dos anos 1970 com o fim de desenvolver atividades de conservação da memória histórica e cultural regional e nacional, a unidade tem um acervo composto por documentos privados e públicos, mapas e plantas históricas, cartazes, folders, folhetos, almanaques, fotografias, obras de arte e de artesanato, filmes, microfilmes, discos de vinil, partituras, coleções de periódicos, além de cerca de 40 mil livros.

O conjunto documental é composto por diversas coleções de relevo: o Fundo Carlos Leôncio “Nhonhô” Magalhães, a Coleção Thereza Santos, o Arquivo Ana Lagoa, o acervo do Núcleo Interdisciplinar Literatura e Sociedade (NILS) e registros institucionais da universidade. Importa destacar que boa parte da documentação e do acervo bibliográfico refere-se a temas como economia cafeeira paulista, urbanização da cidade de São Paulo, ferrovias paulistas, eletrificação do Estado de São Paulo, história de São Carlos, e também história afro-brasileira, o regime militar no Brasil e literatura brasileira contemporânea. Destacamos, a esse respeito, o programa de pesquisa levado a cabo no âmbito do NILS desde 2018, que resultou na implantação do [Observatório da Literatura Digital Brasileira](#), liderado pela Prof.a Dra. Rejane Rocha, fonte de atividades a serem desenvolvidas na UEIM nos próximos anos.

Dessa perspectiva propomos a discussão sobre os traços definidores das Humanidades Digitais, supostamente a vertente de desenvolvimento de tecnologias para as Humanidades e as Ciências Sociais e Aplicadas. Se assim é, entendemos ser também uma vertente de reflexões sobre esse desenvolvimento, sobre as tecnologias que efetivamente são úteis aos propósitos das pesquisas. A questão das possibilidades técnicas atenderem ou regerem esses propósitos também se impõe e está, certamente, no coração dos trabalhos desta proposta.

2 OBJETIVOS

O Grupo de trabalho temático “Conexões Invisíveis: Memória, Conhecimento, Sociedade, Antropoceno” tem como objetivo articular reflexões sobre epistemologia, tecnologia e atuação das instituições científicas e a crise do Antropoceno de modo a produzir conhecimentos científicos de forma multi, inter e transdisciplinar que realizem diagnósticos complexos e sejam capazes de propor respostas para o tempo presente.

Dois métodos embasam e sustentam a consecução dos objetivos propostos:

(i) o desafio de produzir um saber em rede, em reflexão coletiva e pautada na complexidade, superando divisões e silêncios promovidos pela hiper-especialização;

(ii) o desafio de constituir uma arena reflexiva-analítica que ganhe forma, musculatura intelectual, conforme a composição e perfil do grupo, e sua agenda de pesquisa a partir de sua própria dinâmica e desenvolvimento. Foi delineado no projeto inicial (detalhado no Plano de Trabalho) uma constelação de problemas orbitando em torno da articulação das quatro chaves do projeto (Antropoceno, pós-verdade, conhecimento-ciência, memória/fazer intelectual), mas que servem como delimitação do campo da investigação e suas fronteiras, mas não definem a paisagem que o projeto irá assumir em sua evolução prática. Esta metodologia corresponde a uma imagem central, importantíssima para nós, de que o conhecimento científico postula problemas, desenvolve e acumula conhecimento que iluminam o campo de suas respostas. Em coerência com este pressuposto, nos esforçamos por mapear o nosso problema chave e construir na sequência patamares de conhecimento com meta à construção de um padrão de compreensão e explicação.

Assentando-se portanto, neste lugar, qual seja o do saber científico em amplo sentido, produzido pela universidade e por ela propulsionado e divulgado, a proposta deste GTT tem como objetivo central analisar:

1. a crise do antropoceno, compreendido não em sua inevitabilidade, mas como consequência de um singular processo histórico-social e, portanto também, nas possibilidades de ação e política na reversão do quadro atual.

2. os graves riscos do atual fortalecimento da estratégia da pós-verdade, que questionam a própria possibilidade do conhecimento crítico e da política (entendida como ação).

3. a incompreensão (e limites) do potencial do discurso científico para alcance de um futuro humano possível, justo, autossustentável e agente de emancipação.

Do objetivo geral, desdobram-se outros objetivos específicos, tais como:

4. constituir e fortalecer redes de colaboração multi, trans e interdisciplinares entre pesquisadoras e pesquisadores internos e/ou externos à UFSCar voltados às temáticas da memória, do conhecimento, da sociedade, da pós-verdade (e suas conexões) e do antropoceno;

5. analisar como a pós-verdade atinge, consecutivamente, a lógica e a legitimidade do campo científico (i) e o método e a validação do conhecimento na área de humanidades (ii);

6. refletir sobre as diferenças entre e o conhecimento da área de humanidades da pseudo-concorrência da pós-verdade;

7. refletir, em subgrupo e subárea de trabalho na rede Conexões, a produção intelectual na área de humanidades, em especial aquela que lida com ideias, teses, teorias e paradigmas teórico-metodológicos (dinâmica do pensamento social, da história intelectual, do estudo das mentalidades, da produção de escolas, autores e obras paradigmáticas, da produção das matrizes e expertise do campo das ciências sociais e humanas).

8. refletir, em subgrupo e subárea de trabalho na rede Conexões, sobre o papel desempenhado pelas múltiplas modalidades de repertórios culturais (aqui entendidos como mentalidade, substrato imaterial e formas da linguagem que fundam o imaginário coletivo e orientam a significação do mundo e orientam a ação individual, de grupos e de instituições) como bases da produção de saber na área de humanidades (fontes e bases de faticidade e validação)

9. discutir, em subgrupo e subárea de trabalho na rede Conexões, sobre a responsabilidade institucional acadêmica quanto à preservação de quaisquer formas documentais, fundamentos da memória coletiva e bases do saber social, em duas direções: a) na preservação, organização e democratização de acesso dos acervos sob sua guarda direta promovendo a publicização de materiais em na forma de materiais didáticos para todas as etapas da escolarização visando uma formação intelectual consciente da memória histórica; b) na defesa da manutenção do patrimônio histórico, artístico, documental e informativo que estejam em outras instituições públicas;

10. promover, em subgrupo e subárea de trabalho na rede Conexões, estudos que cruzem obras, autores, escolas e paradigmas e os debates norteadores deste projeto: economia, política, cultura, desenvolvimento, educação, desenvolvimento, liberdade, emancipação, papel da ciência, entre outros temas. Neste ponto, propomos, partindo das

coleções especiais abrigadas na UFSCar como os acervos de Florestan Fernandes, Ana Lagoa, Raduan Nassar, Luis Carlos Prestes, NEAB e UIEM (já na instituição) e outros em processo de negociação para cessão (Bento Prado Júnior; Maria Célia Pinheiro Machado Paoli; Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva e Petronilha Gonçalves, Maria Célia Paoli e Maria Aparecida de Moraes Silva) estabelecer uma rede de pesquisa, compartilhamento de informações, apoio para divulgação documental e formação de uma rede de segurança quanto à condição de patrimônio público desse tipo de material (IEB-USP; Biblioteca Virtual do Pensamento Social FioCruz/UFRJ; CPDOC-FGV/RJ; CEDEC; Portal das Ciências Sociais Brasileiras/ANPOCS, Arquivo Edgard Leuenroth/Unicamp; Acervo Octávio Ianni – Unesp Araraquara; Acervo Roberto Simonsen – Escola Livre de Sociologia e Política; entre outros).

11. Desenvolver, no âmbito e como parte da estratégia de produção de conhecimento (i), divulgação/formação acadêmica (ii) e criação de amplas arenas de debate e interlocução (iii) a realização de cursos compartilhados (graduação e pós-graduação), minicursos e cursos livres (estes gostaríamos que realizados com a chancela do IEAE), seminários, oficinas e eventos de maior envergadura (aglutinadores e disseminadores dos resultados mais maduros das frentes da pesquisa)

12. Divulgação de resultados junto à comunidade acadêmica (eventos) e sínteses de resultados dos movimentos da pesquisa na forma de artigos e outras publicações (impresas e/ou digitais, estas últimas, de preferência em repertório aberto).

13. Divulgação de resultados junto à sociedade na forma de eventos abertos, minicursos, produções audiovisuais e utilização de espaços da mídia digital aberta.

14. Divulgação de resultados na forma de material educacional, dirigido à variados níveis de formação. Temas centrais seriam ciência, democracia, equidade, justiça e desigualdades sociais (e seus múltiplos marcadores).

3 PLANO DE TRABALHO

3.1 Estratégias

A fim de atingir os objetivos da proposta aqui apresentada, algumas estratégias foram traçadas para iniciar as ações deste projeto, observando o limite de 3 anos (fixados na chamada), embora a tarefa a ser realizada demande um tempo maior (impossível de determinar e dependendo da evolução e/ou agravamento do cenário de disputa epistemológica).

Estratégia 1 – Uma rede em movimento. Trata-se de dar início ao projeto com as fronteiras temáticas definidas e com um grupo-piloto (que assinam esta proposta) e que absorverá atores, redes, problemas e sub-projetos alinhados ao tema central em seu desenvolvimento. Nossa expectativa é “fazer, fazendo; tomar forma, formando”. Com esta estratégia pensamos dar fluidez, flexibilidade e robustez ao tratamento do tema *pari passu* a realização do desafio concreto de entendê-lo.

Optamos, por decisão coletiva, não reproduzir agendas pessoais anteriores e, ao contrário, realizar a experimentação “semi-estruturada” (metáfora com modalidade das pesquisas qualitativas): o tema e a rede formada e ampliada pelos atores será a *estrutura*; e a partir dela se construirão coletivamente os *resultados* (não no número, mas na articulação mesma da reflexão e seus caminhos): a contribuição do grupo sobre o tema das conexões invisíveis que vão da memória ao campo político e projeto civilizatório, das bases da faticidade do conhecimento científico (no subcampo das humanidades) ao combate da pós-verdade e seus efeitos deletérios.

Estratégia 2 – Estabelecimento de parcerias internas e externas. Trata-se do esforço de contatar e convidar outros membros para a rede Conexões Invisíveis, quer seja para integração em todas as atividades e espírito geral do projeto, quer como parcerias pontuais (para eventos, ações, diálogos específicos), quer na troca de informações e acervos. Para além das colaborações que serão firmadas ao longo do desenvolvimento da proposta, convém destacar que os(as) integrantes da equipe já possuem redes estabelecidas com as seguintes instituições:

- Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (CEDEC);

- Biblioteca Virtual do Pensamento Social (UFRJ; FioCruz);
- Acervos Caio Prado Júnior, Celso Furtado e Antônio Cândido – IEB/USP;
- Centro Internacional Celso Furtado (CICEF);
- Área de Teoria e Pensamento Político da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP);
- Grupo de Trabalho em Teoria Política e Pensamento Político (IESP; USP; Unicamp; UFRJ; UFMG; UFSCar; UFPE; Unifesp; UFPB; UFSC);
- Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED);
- Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN).

Estratégia 3 – Conformação de um corpus teórico. Nasce da compreensão de que o tema da pós-verdade e suas conexões com projeto civilizador ainda não ganhou contornos explicativos claros. Objetivo do grupo de “refletir a céu aberto” sobre as conexões previstas neste desenho de Grupo de Trabalho Temático preveem os seguintes movimentos de articulação:

3.1. constituição da *Oficina de Reflexão*, que: a) levantará um acervo de produções intelectuais ligadas aos temas das Conexões Invisíveis, compondo um corpus teórico como ponto de partida; b) a realização de *Encontros Quinzenais*, organizados a partir da leitura e discussão de textos pré-selecionados e possível detecção de desdobramentos conceituais, pontos inéditos na constelação intelectual do Conexões e incorporação de novas teorias e ferramentas alinhadas ao tema. O objetivo é a assimilação de uma discussão coletiva e em progressão, e a geração de um suporte teórico preliminar – a ser examinado, apropriado e ou superado por novas proposições. Atividades previstas para 1º, 2º e 3º semestre de desenvolvimento do projeto;

3.2. *Organização de eventos*, na forma de seminários (ou modalidades semelhantes) para disseminação ampla da percepção do problema chave do GTT (Pós-verdade, conhecimento, sociedade e antropoceno), de sua interlocução e discussão, para apresentação de resultados (que podem se restringir a análise de contexto, mapa conceitual ou de problemas no âmbito do tema). Atividades previstas para 3º, 4º, 5º e 6º semestre de desenvolvimento;

3.3. *Proposição de atividades* (a) acadêmicas rotineiras de *formação* - cursos de graduação, de pós-graduação, minicursos; (b) de *extensão* - Aciopes, oficinas, projetos pontuais e eventos, em especial articulando grupo com a comunidade ufscariana e

comunidade externa; (c) de *pesquisa*, detectando e articulando nos projetos de pesquisa da UFSCar a presença do tema em projetos desenvolvidos por docentes, em grupos de pesquisa, em projetos de IC e TCC (graduação), em projetos de mestrado, doutorado e pós-doutorado (na pós-graduação); (d) em projetos de inovação. Os objetivos desta ação são: criar mecanismo de divulgação, atração e possível integração de atores e agendas (i) e geração de um mapa sobre possíveis atores/pesquisas já conectados ou com possível conexão com o tema, estimulando pontos de trabalho conjunto (ii).

Estratégia 4 – Enfrentando a pós-verdade na área de Humanidades. Trata-se de uma das metas principais deste GTT, embora apareça descrito somente a partir de agora. A pós-verdade nega e recusa a legitimidade de toda forma de conhecimento científico independente de áreas e subáreas, uma vez que seu objetivo é retirar fundamentos lógicos, factuais ou resultantes de argumentação rigorosa, para autenticar outras vias de validação como opinião, valores, ideologias, crenças, ou princípios como força da maioria ou da tradição. No entanto, destacamos duas dimensões do conhecimento científico fortemente atacadas pela pós-verdade (e suas técnicas e modalidades) as ontologias da física (matéria e origem do universo), a biologia (a teoria da evolução e a datação histórica das eras do planeta), e psicologia (e a ideia de mente e psique). Mais recentemente, a medicina, em especial aquela que trata da questão da saúde pública, dos desafios sanitários e das vacinas. Mas um outro foco, que recebe múltiplas formas de ataque são as Ciências Humanas. Nesta área são fonte de ataque sistemático: a História e suas narrativas, em especial aquelas que colocam em xeque a ação e períodos hegemonicamente religiosos ou o pressuposto do “homem como sujeito da história” (porque negam a ideia de ordem natural ou de desígnios superiores e condicionantes aos arranjos humanos). Recusar a narrativa da história impede a consciência de erros e acertos na dimensão diacrônica da vida social, deixando os indivíduos sem pontos de referência para estabelecimento de comparações (positivas e negativas); a filosofia, em especial pela geração de ontologias importantes; as ciências sociais por seu pressuposto de que tudo é “socialmente constituído”, pela afirmação de que a ação humana e suas possibilidades e arranjo podem ser explicadas por distintos paradigmas, pela ideia de que a vida social é uma dinâmica e um movimento marcado por conflitos e por disputas de dominação e produção forçada de consentimentos, por atribuir a dimensão do interesse à religião, à política, a posição de gênero, à ideia de liberdade, à visões de mundo; à educação, por sua preocupação de secularização da formação e seu vínculo ao

procedimento científico, pela busca da emancipação como possibilidade de futuro e pela capacidade de enfrentamento de desigualdades materiais e principalmente imateriais como a discriminação e o preconceito; a economia, em especial a ligada à ideia de um desenvolvimento em sentido holístico, que afasta a meta da riqueza privada como indicador de progresso, observando, em seu lugar, a importância da justiça distributiva e o bem-estar como metas e alavancas do progresso material e científico. As humanidades, por exigência epistemológica, vão pensar e repensar a ação humana, suas instituições e instrumentos de forma crítica e nesse processo produzem teses que nos permitem recusar alguns arranjos sociais e modificá-los. A pós-verdade acusa a área de vício ideológico e de ser refém do viés.

Mas, como visto até aqui, a pós-verdade apoia-se em qual certidão de neutralidade ideológica e qual imunidade inata de viés? Qual formulação intelectual, de qualquer área que seja, pode descartar com ligeireza e um breve aceno de desprezo essa acusação?

Nesta direção o GTT Conexões Invisíveis pretende desenvolver uma ampla reflexão sobre o que separa o conhecimento da área de humanidades da pseudo-concorrência da pós-verdade. Como ferramentas para consecução deste objetivo estão as três estratégias adotadas até agora, somadas a duas outras, específicas:

4.1. o exame das técnicas de produção intelectual da área, quer sejam autores, escolas, teses em específico. Toma-se como base a concepção de produção do pensamento social - equivalendo à toda forma discursiva produzida em um contexto epocal (1), triada e constituída no âmbito do conhecimento acadêmico e de suas regras de validação (2), que possui um enraizamento/vínculo com o contexto original do autor ou escola (4), na qual se expressa uma seleta de método e filiação teórica (5), que pretenda compreender um problema ou situação social (6) e que tenha capacidade de circulação, aceitação (coetânea ou tardia) de seus pressupostos/tese para explicação da dinâmica social abrangida (sincrônica ou diacronicamente). Neste âmbito, o GTT agrega em sua equipe inicial vários pesquisadores que lidam com a produção intelectual nessa chave, sendo lideranças de grupos de pesquisa, esteios de linhas de pesquisa de pós-graduação, reconhecidos pela comunidade acadêmica na forma de liderança em associações, em coordenações temáticas dos grandes congressos das subáreas envolvidas nesse amplo espectro, e produtores de reconhecida produção acadêmica sobre o tema.

4.2. o exame das técnicas de produção intelectual nas agendas temáticas que deram azo às formas particulares de compreensão e análise da dinâmica social, consagradas em

escolas, paradigmas, disputas intelectuais, agendas de políticas públicas, tecnologias sociais, diretrizes institucionais para a própria área de humanidades, projetos de transformação social e inovação para o campo científico. Trata-se de agendas e seus intelectuais, envolvendo temas cruciais para o debate brasileiro como nação, modernização, justiça, desenvolvimento, equidade, direitos, democracia, projeto nacional, responsabilidade social, multiculturalismo, tolerância, coesão social, sustentabilidade, futuro. E seus opostos – herança colonial e novo colonialismo, atraso, injustiças, subdesenvolvimento, desigualdade, coerção, autoritarismo, dependência, desordem/conflito, discriminação/racismo/fobias, violência, guerra oculta ou não, dilapidação ambiental/econômica/humana, caos. Na mesma direção do item 4.1 são signatários deste projeto (e expectativa de novos parceiros internos e externos) lideranças com inserção e proeminência nos mesmos campos destacados no item anterior.

3.2 Cronograma

	1º ano		2º ano		3º ano	
	1º sem.	2º sem.	3º sem.	4º sem.	5º sem.	6º sem.
Ampliação da equipe com convite a orientandos(as) e integrantes dos grupos de pesquisa dos(as) signatários(as)						
Seminário de lançamento do GTT Conexões (In)visíveis						
Constituição de encontros permanentes de formação denominados <i>Reflexões a céu aberto</i>						
Mapeamento de instituições, grupos ou pesquisadores(as) com objetivos aproximados aos do GTT						
Busca por mecanismos de fomento ao tratamento das coleções da UFSCar						
Pesquisa e Divulgação das coleções e acervos da UFSCar						
Pesquisa por acervos e coleções com aproximações (temática ou cronológica) com as coleções da UFSCar						
Estabelecimento de projetos colaborativos						
Construção de repertórios (materiais didáticos e outras mídias) para publicização dos resultados de pesquisa visando seu uso educacional e público						
Organização de eventos na forma de seminários						
Proposição de atividades formativas de Graduação, Pós-Graduação, Extensão, Pesquisa e Inovação						
Exame das técnicas de produção intelectual da área (autores, escolas, teses)						
Exame das técnicas de produção intelectual nas agendas temáticas						
Apresentação dos resultados parciais das pesquisas em ambientes acadêmicos						
Construção de mecanismos de divulgação para ambientes externos ao mundo acadêmico						
Preparação e publicação dos resultados das pesquisas em livro ou dossiê						

4 EQUIPE DE TRABALHO

1. **Vera Alves Cepêda (coordenadora)** (<http://lattes.cnpq.br/4917331423373631>) - Departamento de Ciências Sociais (DCSo) - Centro de Educação e Ciências Humanas (CECH) - *campus* São Carlos da UFSCar. Doutora em Ciência Política pela USP (2004), com pós-doutorado no IESP (2016). Atualmente é: líder do grupo de pesquisa Ideias e Intelectuais para o desenvolvimento e a democracia (CNPq); diretora do Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento (CICEF); coordenadora do Grupo Temático de Teoria e Pensamento Político do Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (CEDEC); pesquisadora da International Network for Analysis of Corporatism and Organized Interests (NETCOR – instituições de pesquisa do Brasil, Portugal, Espanha, Argentina, França, Itália, Grécia, Polônia, Hungria, Paraguai); coordenadora da Área temática de Pensamento Político Brasileiro da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP); coordenadora do Eixo Temático Ideas, intelectuales y paradigmas: las trayectorias del Pensamiento Latinoamericano do Fórum Universitário do Mercosul (FoMERCOS). Foi membro da área de Ciência Política da Associação do Grupo Montevideu (AUGM; 2014-2017), secretária-geral da Regional Sudeste da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP, 2017-2019); coordenadora da área de Teoria e Pensamento Político da Associação Brasileira de Ciências Sociais (ANPOCS, 2017-2019). Vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGPol/UFSCar), Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS/UFSCar) e ao Programa de Mestrado Profissional/Programa de Pós-Graduação em Gestão de Organizações e Sistemas Públicos (PPGGOSP/UFSCar). Desenvolve pesquisas no campo do pensamento político e social brasileiro (instituições, intelectuais e teorias ligados ao problema do desenvolvimento e da democracia); das capacidades estatais e ação das instituições públicas para a inclusão social e a equidade; e fundamentos teóricos e constructos intelectuais na Nova Direita no Brasil e no mundo.
2. **Adelcio Camilo Machado** (<http://lattes.cnpq.br/4163948825825308>) - Departamento de Artes e Comunicação (DAC) - Centro de Educação e Ciências Humanas (CECH) - *campus* São Carlos da UFSCar. Doutor em Música pela UNICAMP (2016) - Co-líder do Grupo de Estudos da Canção Popular (UFSCar) - Possui redes colaborativas com os grupos de pesquisa Música popular: história, produção e linguagem (UNICAMP), História e Música (UNESP-Franca), Grupo de Estudos Culturais (UNESP-Franca), Núcleo de Estudos Literários e Musicológicos (UFES) e Centro de Estudos em Música e Mídia (UNIP). Pesquisa o repertório da música popular gravada, sobretudo da canção popular, buscando reconhecer suas conexões com seus respectivos contextos de produção e circulação. Atua no GTT no eixo da Memória e Conhecimento, colaborando com o estudo das memórias e narrativas inscritas nos documentos sonoros.
3. **Ana Cristina Juvenal da Cruz** (<http://lattes.cnpq.br/6736396213946663>) - Departamento de Teorias e Práticas Pedagógicas (DTPP) - Centro de Educação e Ciências Humanas (CECH) - *campus* São Carlos da UFSCar. Doutora em Educação pela UFSCar (2014) - Grupo de pesquisa Educação e Relações Étnico-Raciais. Foi bolsista Capes com período sanduíche na École des hautes études en sciences

sociales (EHESS), Diretora do Centro de Educação e Ciências Humanas (CECH / UFSCar), gestão 2020-2024; Coordenadora do GT 21 Educação e Relações Étnico-Raciais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação - ANPEd, gestão 2021-2023. Supervisora de projeto do Edital Equidade Racial na Educação Básica - Pesquisas Aplicadas e Artigos Científicos do Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades - CEERT (2020-2022). Atua na pesquisa em educação com ênfase em relações étnico-raciais, estudo e ensino das histórias africanas e afro-brasileiras e da diáspora negra. Junto ao projeto irá atuar no debate e produção de conhecimento sobre educação e relações étnico-raciais, com enfoque na utilização dos acervos para produção de uma memória coletiva. Com tal intuito pretende-se pensar e produzir ações para constituir um dever de memória como elemento fundamental para a formação intelectual para uma sociedade antirracista para a justiça e a igualdade.

4. **Bento Prado de Almeida Ferraz Neto** - <http://lattes.cnpq.br/0084436724293824> - Departamento de Filosofia (DFil) - Centro de Educação e Ciências Humanas (CECH) - *campus* São Carlos da UFSCar. Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Filosofia/USP (2001). Membro do grupo de pesquisa Constituição e Crítica da Subjetividade na História da Filosofia; Estudos em Filosofia Antiga (UFSCar). Foi vice-Diretor do CECH, entre 2008 e 2009. Tem experiência na área de Filosofia, com ênfase em História da Filosofia, atuando principalmente nos seguintes temas: Wittgenstein, figuração, linguagem. Seus temas de pesquisa abrangem Filosofia da Linguagem, Wittgenstein, temporalidade na filosofia contemporânea e estudos em Filosofia Antiga. Sua contribuição ao projeto consistirá em atuar no tratamento dos acervos, em especial no Bento Prado, com sua catalogação, descrição e disponibilidade para pesquisas e investigações.

5. **Débora Cristina Morato Pinto. Bolsista Produtividade em Pesquisa, nível 2.** Departamento de Filosofia (DFil) - Centro de Educação e Ciências Humanas (CECH) - *campus* São Carlos da UFSCar. Doutora em Filosofia pela Universidade de São Paulo (1995-2000) – Bolsista CNPq e FAPESP), com estágio sanduíche na Universidade Paris X – Nanterre. Docente do Departamento de Filosofia da UFSCar desde 2002, atuando nos Cursos de Graduação em Filosofia e Psicologia e nos Programas de Pós-Graduação em Filosofia e em Estudos de Literatura. Desenvolve pesquisa nas seguintes áreas: 1) História da Filosofia Contemporânea, 2) Filosofia Francesa Contemporânea, 3) Metafísica e 4) Filosofia da Psicologia e da Psicanálise. Seus temas mais recorrentes de estudo e produção científica são a filosofia da duração de Henri Bergson, com ênfase nas noções de memória, consciência e vida, bem como a fenomenologia da percepção de Merleau-Ponty e a fenomenologia do desejo de Renaud Barbaras. Realizou dois estágios de Pós-Doutorado na USP (2017, com Franklin Leopoldo e Silva, 2019 com Pedro Paulo Pimenta) e um estágio na Université Paris I – Panthéon-Sorbonne (2019-2020), com Renaud Barbaras, financiada pela FAPESP). Foi professora visitante na Universidade de Toulouse Jean-Jaurès em 2008-2009 pelo convênio Master Mundus Europhilosophie, e na Universidade de Coimbra em 2016 pelo mesmo convênio, que coordenou na UFSCar. Faz parte do Conselho de Administração da Société des Amis de Bergson e foi membra do Conselho Editorial da Revista Annales Bergsoniennes de 2004 a 2016. Hoje compõe o Conselho Científico do Periódico Bergsoniana. Faz parte do Convênio

de Cooperação Científica “The Global Bergsonism Research Project “A Chapter in the Global History of Philosophy: New Perspectives on Bergsonism” (CNRS-France). Foi professora visitante e ministrou seminário na École Normale Supérieure de Paris, em fevereiro de 2020. É líder do grupo de pesquisa do CNPq “Constituição e crítica da subjetividade”. Foi coordenadora do Grupo de Trabalho Filosofia Francesa Contemporânea da ANOPOF. É Bolsista de Produtividade em Pesquisa, nível 2, do CNPq, desenvolvendo o projeto “Psiquismo, memória e vida”. A metafísica de Bergson na confluência de saberes”. A contribuição nesta proposta será voltada para as discussões sobre memória e tempo.

6. **Diana Junkes Bueno Martha. Bolsista Produtividade em Pesquisa, nível 2.** (<http://lattes.cnpq.br/1857520068239671>). Departamento de Letras (DL) - Centro de Educação e Ciências Humanas (CECH) - *campus* São Carlos da UFSCar. Bacharel em Ciências Econômicas (1992). Possui mestrado (2004) e doutorado (2008) em Estudos Literários pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP/Araraquara). Entre 2018-2019 desenvolveu estágio como Pesquisadora Colaboradora (USP-Depto Letras Modernas), com pesquisas sobre as relações entre Walter Benjamin e Haroldo de Campos. Foi Pesquisadora Visitante da Universidade de Buenos Aires (AUGM/2018) e na Universidade Jaguelônica de Cracóvia (2019) Visiting Fellow da Universidade de Yale (EUA-2012), onde desenvolveu pesquisas específicas sobre Haroldo de Campos, cultura e poesia brasileiras na contemporaneidade. Visiting Scholar da University of Illinois at Urbana-Champaign (EUA-2010), onde desenvolveu trabalhos sobre literatura e cultura brasileiras. Possui pós-doutorado na área de Análise do Discurso e Psicanálise pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (FFCLRP-USP) (2011). É professora de Teoria Literária e Literatura Brasileira da Universidade Federal de São Carlos - UFSCar, na graduação e na pós-graduação, onde também atua como pesquisadora e Pró-reitora adjunta de pesquisa. Coordena o acordo de intercâmbio internacional entre o Programa de Estudos de Literatura-UFSCar e o Programa de Literatura da Universidade de Playa Ancha/Chile, do qual é professora visitante. Sua principal linha de pesquisa desenvolve-se na área de Letras, com ênfase em estudos de Literatura e Cultura Brasileiras na modernidade e contemporaneidade. Líder do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Poesia e Cultura (NEPPOC/ CNPq - UFSCar). A sua principal linha de pesquisa desenvolve-se na área de Letras, com ênfase em estudos de literatura e cultura brasileiras na modernidade e contemporaneidade. Atua, principalmente, nos seguintes temas: poesia e política; teoria e crítica do texto poético; poesia e outras linguagens; poesia e cultura; Haroldo de Campos.
7. **Fabio Grigoletto** (<http://lattes.cnpq.br/2398917544592259>) - Centro de Ciências da Natureza (CCN) - *campus* Lagoa do Sino da UFSCar. Doutor em Administração Pública e Governo pela FGV/EAESP (2018) - Líder do Grupo de Pesquisa Estudos Interdisciplinares em Ciência Cidadã - Pesquisador no Centro de Estudos em Administração Pública e Governo (FGV/EAESP) - Tem como interesses de pesquisa a análise organizacional e da ação pública, com ênfase na investigação de políticas públicas incidindo sobre espaços rurais e periurbanos, notadamente em áreas de conservação ambiental e assentamentos rurais de reforma agrária. Recentemente, tem atuado em bairros rurais do Vale do Ribeira a partir de projetos de pesquisa aplicada

voltados para o engajamento de crianças e jovens no processo científico através da abordagem da Ciência Cidadã. Participa nesta proposta a partir da reflexão em torno do tema 1.2 Pós-Verdade, Antropoceno e o papel das humanidades. Tem interesse especial pela compreensão das relações estabelecidas entre o paradigma da pós-verdade e a capacidade coletiva de construção e desconstrução de determinadas questões como sendo problemas públicos, processo elementar à formulação e implementação de políticas públicas.

8. **Jacqueline Sinhoretto. Bolsista Produtividade em Pesquisa, nível 1C.** (<http://lattes.cnpq.br/7743699562476490>) - Departamento de Sociologia (DS) - Centro de Educação e Ciências Humanas (CECH) - *campus* São Carlos da UFSCar. Doutora em Sociologia pela USP (2007) - Líder do Grupo de Pesquisa do Grupo de Estudos sobre Violência e Administração de Conflitos (GEVAC/UFSCar) - Experiência pós-doutoral nas universidades de Toulouse-Jean-Jaurès (França) e Ottawa (Canadá) - Bolsista de Produtividade 1C do CNPq - Pesquisadora do INCT - Instituto de Estudos Comparados em Administração Institucional de Conflitos (InEAC). Atua em sociologia da violência, justiça criminal, controle do crime, prisões, políticas públicas e alternativas ao penal. Participa nesta proposta do tema 1.2 na reflexão sobre neoliberalismo, autoritarismo e pós-verdade.
9. **Kelen Christina Leite** (<http://lattes.cnpq.br/0993995005511082>) - Departamento de Ciências Humanas e Educação (DCHE) - Centro de Ciências Humanas e Biológicas (CCHB) - *campus* Sorocaba da UFSCar. Doutora em Ciências Sociais pela UFSCar (2005). Grupos de Pesquisa: NEGDS - Núcleo de Estudos de Gênero, Diferenças e Sexualidades e Grupo de Estudos e Pesquisas em Tecnologia, Cultura e Sociedade. Foi bolsista CAPES com estágio doutoral na Univesità Milano-Bicocca (Itália). Pós-doutoramento e *Visiting Professor* na Università Sapienza de Roma (Itália). Credenciada junto ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Condição Humana (PPGECH). Atua em temáticas como: trabalho e “capitalismo de plataforma”; gênero e trabalho; precarização; neoliberalismo, democracia e conservadorismo e é a partir desta atuação que poderá contribuir com esta proposta.
10. **Lidiane Soares Rodrigues** (<http://lattes.cnpq.br/5343968646005766>) - Departamento de Ciências Sociais (DCSo) - Centro de Educação e Ciências Humanas (CECH) - *campus* São Carlos da UFSCar. Doutora em História (Universidade de São Paulo, 2012) - Líder do Grupo “Metamorfoses do Simbólico”. Atua nos temas: Campo intelectual, História das Ciências Sociais, Circulação internacional dos bens simbólicos, Nova(s) Direita(s). Em suas pesquisas, trabalhou com materiais arquivísticos, algo incontornável para a produção na área de História. Trata-se, portanto, neste projeto, de colocar a experiência adquirida em arquivos nacionais e internacionais a serviço do rico acervo que é patrimônio da UFSCar.
11. **Luciana Salazar Salgado** (<http://lattes.cnpq.br/5206927424265495>) - Departamento de Letras (DL) - Centro de Educação e Ciências Humanas (CECH) - *campus* São Carlos da UFSCar. Doutora em Linguística pela Unicamp (2007) - Líder do GP Comunica – inscrições linguísticas na comunicação (UFSCar/CEFET-MG, CNPq), que pertence ao LABEPPE – Laboratório de Escritas Profissionais e Processos de Edição (UFSCar/CEFET-MG). Coordena a UEIM - Unidade Especial de Informação e

Memória (UFSCar) e, no Programa de Pós-graduação em Culturas e Identidades Brasileiras, no Instituto de Estudos Brasileiros (USP), trabalha no Fundo Milton Santos. A essas experiências com acervos, coleções e fundos documentais, soma-se a assessoria à implantação do Observatório da Literatura Digital Brasileira (NILS, UFSCar), com a pesquisa sobre as relações algorítmicas entre objetos técnicos portadores de discursos (notadamente os repositórios) e sua condição de operador social. O confronto entre acervos e bancos de dados está no centro da investigação sobre as diferenças entre cibercultura e cultura digital, apropriações da técnica em franco embate político, que configuram a questão de fundo: como um documento ou um dado vêm a ser um documento ou um dado? Investigar o apagamento histórico e sistemático dos processos que constituem os mais diversos acervos e os aspectos técnicos que viabilizam sua existência são o foco de nossa participação nesta proposta.

12. **Priscila Martins de Medeiros** (<http://lattes.cnpq.br/8021362429861754>) - Departamento de Sociologia (DS) - Centro de Educação e Ciências Humanas (CECH) - *campus* São Carlos da UFSCar. Doutora em Sociologia (2014) pela Universidade Federal de São Carlos. Líder do grupo de Pesquisa CNPq "Texturas da Experiência: Sociologia e Estudos da diáspora africana". Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar. Compõe a coordenação colegiada do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros da UFSCar. Tem experiência na área de Sociologia, atuando nos seguintes temas: relações raciais; Estudos Pós-coloniais; Diáspora africana; Artes da diáspora africana. Realizou pós-doutorado na Universidade de Warwick, Reino Unido (2019), com financiamento da FAPESP, desenvolvendo pesquisa sobre relações raciais no Pensamento Social brasileiro e britânico. Na atual proposta, pretende atuar na produção de materiais formativos e em cursos, voltados especialmente para estudantes de graduação e de pós-graduação, com base nos materiais disponibilizados nos acervos do NEAB.
13. **Ricardo Biscalchin** (<http://lattes.cnpq.br/1667531060974049>) - Unidade Especial de Informação e Memória (UEIM) - Centro de Educação e Ciências Humanas (CECH) - *campus* São Carlos da UFSCar. Doutor em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual Paulista (Unesp) Marília, Mestre em Ciência, Tecnologia e Sociedade e Bacharel em Biblioteconomia e Ciência da Informação na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Membro do grupo de pesquisa Organização do Conhecimento para Disseminação da Informação, atuando como pesquisador na área de Representação Temática da Informação, com foco em vocabulário controlado multilíngue pela perspectiva da garantia cultural, da Terminologia e da Interoperabilidade. Participou de atividades de intercâmbio na Universidade de Coimbra pelo período de abril a junho de 2019. Bibliotecário responsável pela Unidade Especial de Informação e Memória (UEIM) do Centro de Educação e Ciências Humanas (CECH-UFSCar).
14. **Rodrigo Constante Martins. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq - Nível 2** (<http://lattes.cnpq.br/6617183095074852>) - Departamento de Sociologia (DS) - Centro de Educação e Ciências Humanas (CECH) - *campus* São Carlos da UFSCar. Bacharel e mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos. Doutor pelo Centro de Recursos Hídricos e Estudos Ambientais da Universidade de São Paulo (2004). Possui pós-doutorado pela École des Hautes Études en Sciences

Sociales de Paris (2005-2006), como bolsista da Maison des Sciences de l'Homme. Foi pesquisador visitante do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (2008), professor visitante na Université Paris Nanterre - Paris X (2019-2020) e pesquisador convidado do Institut de Recherche pour le Développement - IRD, na França (2020). É professor associado do Departamento de Sociologia, do Programa de Pós-graduação em Sociologia e do Programa de Pós Graduação em Ciências Ambientais da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Foi chefe do Departamento de Sociologia (2014-2015) e coordenador do Programa de Pós Graduação em Sociologia da UFSCar (2015-2019). Desde janeiro de 2021 é Pró-reitor de Pós Graduação da UFSCar. Atua na área de Sociologia, com ênfase em Sociologia Rural e Sociologia Ambiental. Seus principais temas de investigação são: questão agrária e conflitos socioambientais, ruralidades e meio ambiente, sociedade e recursos hídricos, desenvolvimento rural, governança das águas e teoria social.

15. **Tatiane Cosentino Rodrigues** (<http://lattes.cnpq.br/8361431964064731>) - Departamento de Teorias e Práticas Pedagógicas (DTPP) - Centro de Educação e Ciências Humanas (CECH) - *campus* São Carlos da UFSCar. Doutora em educação (2011) pela Universidade Federal de São Carlos. Líder do grupo de Pesquisa CNPq "Educação e relações étnico-raciais". Vice-coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Educação. Coordenou projeto internacional do Programa de Desenvolvimento Acadêmico Abdias Nascimento (CAPES). Tem experiência na área de Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: políticas educacionais, relações raciais, diversidade, diferença, formação inicial e continuada de professores. Realizou pós-doutorado na Universidade Paris Nanterre (2019-2020), no Centre de Recherche Éducation et Formation (CREF-EA 1589). Equipe Éducation Familiale et Interventions Sociales auprès des familles com bolsa FAPESP e Print/CAPES. Pretende pensar e produzir propostas formativas para educadores da educação básica, produzir práticas pedagógicas e materiais didáticos com os temas e acervos reunidos nesta proposta.
16. **Viviane Melo de Mendonça** (<http://lattes.cnpq.br/4827331651090223>) - Departamento de Ciências Humanas e Educação (DCHE) - Centro de Ciências Humanas e Biológicas (CCHB) - *campus* Sorocaba da UFSCar. Doutora em Educação pela UNICAMP (2003) - Grupo de pesquisa Núcleo de Estudos de Gênero, Diferenças e Sexualidades (NEGDS) e Núcleo de Estudos e Pesquisa Tecnologia, Cultura e Sociedade (NEPeTeCS). Professora visitante do Dipartimento di Storia, Disegno e Restauro Dell'Arquitettura da Università di Roma La Sapienza-ITÁLIA em 2019, onde também realizou pós-doutoramento. Coordenadora do Programa de Pós-graduação em Estudos da Condição Humana (PPGECH), gestão 2021-2023. Desenvolve pesquisas em estudos de gênero, feministas e das sexualidades, atuando nos seguintes temas: memória social, heteronormatividade e heterossexualidade compulsória, educação, corpo e afeto e suas relações com a tecnologias, ciência, arte e cultura. No projeto atuará nas discussões sobre gênero, corpo, afeto, memória e manifestações artísticas e culturais, colaborando com o debate sobre a categoria humano na sociedade contemporânea.

5 REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. *Introdução à sociologia*. Trad. Wolfgang Leo Maar. São Paulo: UNESP, 2008.

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. *Dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1985.

AGAMBEN, Giorgio. *O que resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha [Homo Sacer, III]*. Boitempo Editorial, 2015.

AGAMBEN, Giorgio. What is the Contemporary. In: _____. *What is apparatus and other essays*. Stanford: Stanford University Press: 2009, p. 39-55.

ARENDT, Hannah. *A condição Humana*. São Paulo: Forense Universitária. 1983.

ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2000.

BARRIOS, Raúl G. & MARTÍNEZ Nancy M. J. Antropoceno ou Capitaloceno? Instituto Humanitas Unisinos. 2020. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/>. Acesso em 05/08/2022.

BAUMAN, Zygmunt. *O mal-estar da pós-modernidade*. São Paulo, Companhia das Letras, 1999.

BECK, Ulrich. *Sociedade do risco*. São Paulo. São Paulo: Editora 34, 2013.

BENJAMIM, W. Teses sobre o conceito de história. In: _____. *Magia e Técnica, Arte e Política/ Obras Escolhidas*. Tradução: Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1996. Vol. 1, 10ª reimpressão.

_____. *Origem do drama barroco alemão*. Trad., apres. e notas de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1984.

_____. *Walter Benjamin: passagens*. Org. BOLLE, W. Belo Horizonte, São Paulo: Editora UFMG, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.

_____. *Illuminations; essays and reflections*. Ed. & intr. by Hannah Arendt. Trans. by Harry Zohn. New York: Schocken, 1968 [1988].

_____. *Reflections; essays, aphorisms, autobiographical writings*. Ed. & intr. by Peter Demetz. Trans. by Edmund Jephcott. New York: Schocken, 1978 [1989].

_____. *Obras escolhidas I: magia e técnica, arte e política; ensaios sobre literatura e história da cultura*. Trad. de Sérgio Paulo Rouanet. Pref. de Jeanne-Marie Gagnebin. São Paulo: Brasiliense, 1985. [8ª ed. rev. Rev. tec. de Márcio Seligmann-Silva. 2012.].

_____. Rua de mão única. Infância em Berlim. Imagens do pensamento. In: _____. *Obras escolhidas II*: Trad. de R. R. Torres Filho e J. C. M. Barbosa. São Paulo: Brasiliense, 1987. [6ª

ed. rev. Rev. tec. de Márcio Seligmann-Silva. 2012.].

_____. *Obras escolhidas III: Charles Baudelaire, um lírico no auge do capitalismo*. Trad. de J. C. M. Barbosa e H. A. Baptista. São Paulo: Brasiliense, 1989.

_____. *O anjo da história*. Org. e trad. de João Barrento. Lisboa: Assírio & Alvim, 2010. (Obras escolhidas de Walter Benjamin 4). [Ed. bras.: Belo Horizonte: Autêntica, 2012. (Filô/Benjamin 1).]

_____. *Ensaio reunidos: escritos sobre Goethe*. Trad. de Mônica K. Bornebusch, Irene Aron e Sidney Camargo. Sup. e notas de Marcus Vinicius Mazzari. São Paulo: Duas Cidades/Ed. 34, 2009.

_____. *Linguagem, tradução, literatura; filosofia, teoria e crítica*. Ed. e trad. de João Barrento. Lisboa: Assírio & Alvim, 2015. (Obras escolhidas de Walter Benjamin 5).

BLOCH, Ernest. *El principio esperanza*. Vol I,II,III. Editora: Biblioteca Filosofica Aguilar, 1980.

BISCALCHIN, Ricardo; MOREIRA, Walter. *Construção de vocabulários multilíngues: perspectivas culturais*. *Perspectivas em Ciência da Informação*, 2021, 25: 47-67.

CURTY, Marlene Gonçalves; BOCCATO, Vera Regina Casari. O artigo científico como forma de comunicação do conhecimento na área de Ciência da Informação. *Perspectivas em ciência da informação*, 2005, 10.1.

BROWN, Wendy. *Nas ruínas do neoliberalismo*. Ascensão antidemocrática no ocidente. São Paulo: Politéia, 2019.

CAMPOS, Haroldo de. Minha relação com a tradição é musical. In: _____. *Metalinguagem e outras metas*. São Paulo: Perspectiva, 1992a, p.257-269.

CANTINHO, Maria João. *O anjo melancólico: ensaio sobre o conceito de alegoria na obra de Walter Benjamin*. Coimbra, Angelus Novus, 2002.

CASSERES, Eduardo M.; CUNHA, Bruno, S. L.. Pontos de não retorno: o risco oculto do aquecimento global. *Nexo Jornal*, 05/11/2020. Disponível em <https://pp.nexojornal.com.br/opiniao/2020/Pontos-de-n%C3%A3o-retorno-o-risco-oculto-do-aquecimento-global>

CHAKRABARTY, Dipesh. History and the politics of recognition. In: JENKINS, Keith; MORGAN, Sue & MUNSLOW, Alun (org.). *Manifestos for History*. London: Routledge, 2007. p. 77-87.

CHAUI, Marilena. O lugar da universidade brasileira. *A terra é redonda*, [s. l.], 25 fev. 2021. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/o-lugar-da-universidade-brasileira/>. Acesso em: 16 ago. 2022.

CLEMENT, C. et al. The domestication of Amazonia before European conquest. *Proceedings*

of the Royal Society B. v. 282, n. 1812. 7 ago. 2015.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo*. Boitempo Editorial, 2017.

DEGUY, Michel. *Écologiques*. Paris, Hermann, 2012.

FOUCAULT, Michel. *O nascimento da biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Limiar, aura e rememoração: ensaios sobre Walter Benjamin*. São Paulo: Editora 34, 2014, p. 197-220.

_____. *História e narração em Walter Benjamin*. São Paulo: Perspectiva/Ed. Unicamp/Fapesp, 1994. [2ª ed., 2004].

_____. *Lembrar escrever esquecer*. São Paulo: Ed. 34, 2006.

_____. *Sete aulas sobre linguagem, memória e história*. Rio de Janeiro: Imago, 1997.

GARLAND, D. *A cultura do controle: crime e ordem social na sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Instituto Carioca de Criminologia/Revan, 2008.

GIDDENS, Anthony. *As Consequências da Modernidade*. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GIDDENS, Anthony; Beck, Ulrich; LASH, Scott. *Modernização reflexiva*. São Paulo: Unesp, 1997.

HABERMAS, Jürgen. A crise do estado de bem-estar social e o esgotamento das energias utópicas. *Novos estudos CEBRAP*, 1987, 18: 103-14.

HALL, Stuart. *A identidade em questão*. A identidade cultural na pós-modernidade, 2002

HARCOURT, Bernard E. *Against prediction: Profiling, policing, and punishing in an actuarial age*. University of Chicago Press, 2008.

HARCOURT, Bernard. *The Illusion of Free Markets: Punishment and the Myth of Natural Order*. Harvard University Press, 2011.

HARVEY, David. *O neoliberalismo*. História e implicações. São Paulo: Loyola, 2008.

HUI, Yuk. *Tecnodiversidade*. Ubu Editora, 2020.

ISSBERNER, Liz-Rejane; LÉNA, Philippe. Antropoceno: os desafios essenciais do debate científico. *O Correio da UNESCO*, 2018, 2, p. 7-10.

KAFKA, F. 20 aforismos. Trad. O. M. Carpeaux, *Revista do Brasil*, Rio de Janeiro, Vol. VI, 3. fasc, n. 56, dez. 1943, p. 33-35.

KOSELLECK, Reinhard. *Crítica e crise*. Rio de Janeiro: EdUERJ; Contraponto, 1999.

KUHN, Thomas. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1996.

- KUHN, Thomas. Lógica da descoberta ou psicologia da pesquisa? In: LAKATOS I.; MUSGRAVE, A. (orgs.). *A crítica e desenvolvimento do conhecimento*. São Paulo: Editora Cultrix; Editora Universidade de São Paulo, 1979.
- LATOUR, Bruno. *A vida de laboratório*. Rio de Janeiro: Editora Relume Dumará, 1997.
- LATOUR, Bruno. *Ciência em ação*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 5. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.
- LEMKE, Thomas. Foucault, governamentalidade e crítica. *Plural: Revista de Ciências Sociais*, 2017, 24.1: 194-213.
- LÉVY, Pierre. *A inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço*. 4. ed. São Paulo: Loyola, 2003.
- MANNHEIM, K. O conceito sociológico do pensamento; O problema do intelectual. In: *Mannheim* (org. M. Foracchi e F. Fernandes). São Paulo: Ática, 1982.
- MBEMBE, Achille. *Crítica da Razão Negra*. Antígona, Lisboa, 2014.
- MEDINA ECHAVARRÍA, José. *Responsabilidad de la inteligencia: estudios sobre nuestro tiempo*. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 1946.
- MERTON, Robert. *Ensaio de Sociologia da Ciência*. São Paulo: Editora 34, 2013.
- MERTON, Robert. La ciência y la estructura social democrática. In: *Teoria y estructura social*. México: Fondo de Cultura Económica, 1992.
- MOORE, Jason W. *Antropoceno ou Capitaloceno? Natureza, história e a crise do capitalismo*. Editora Elefante. São Paulo. 2022.
- MORAES, José Geraldo Vinci de. História e música: canção popular e conhecimento histórico. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 20, n. 39, p. 203-221, 2000.
- POLANYI, Karl. *A Grande Transformação*. As origens da nossa época. 3 ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- ROCHA, Camila. *Menos Marx, mais Mises: o liberalismo e a nova direita no Brasil*. São Paulo: Todavia, 2021.
- ROSE, Nikolas. Government and Control. *The British Journal of Criminology*, Volume 40, Issue 2, March 2000, p. 321-339.
- SARTRE, Jean-Paulo. *Em defesa dos intelectuais*. São Paulo; Ática, 1994.
- SELIGMANN-SILVA, Márcio. *A atualidade de Walter Benjamin e de Theodor W. Adorno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- _____. *Ler o livro do mundo*. Walter Benjamin: romantismo e crítica poética. São Paulo:

Iluminuras/Fapesp, 1999.

_____. (org) *História, memória e literatura: o testemunho na era das catástrofes*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.

_____. *O local da diferença: ensaios sobre memória, arte, literatura e tradução*. São Paulo: Editora 34, 2005.

SIMON, J. *Governing Through Crime: How the War on Crime Transformed American Democracy and Created a Culture of Fear*. 1st edition ed. Oxford New York: Oxford University Press, 2009.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS. Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI (2018-2022). São Carlos: UFSCar, 2021. Disponível em: <https://www.spdi.ufscar.br/arquivos/planejamento/pdi/pdi-ufscar-2018-2022.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2022.

WAIZBORT, Leopoldo. Fonógrafo. *Novos estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 99, p. 27-46, jul. 2014.

WEBER, Max, O sentido da “neutralidade axiológica” nas ciências sociais e econômicas. In: _____. *Sobre a teoria das Ciências Sociais*. Lisboa: Editorial Presença, 1982.